

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

**GILDEAN JORGE IZEQUIEL PASSINHO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA:** uma análise da atuação do  
Instituto Nacional do Livro (INL) durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945)

São Luís

2022

**GILDEAN JORGE IZEQUIEL PASSINHO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA:** uma análise da atuação do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leoneide B. Martins  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana R. Tavares

São Luís

2022

Passinho, Gildean Jorge Izequiel.

Políticas públicas de incentivo à leitura : Uma análise da atuação do Instituto Nacional do Livro INL durante o período autoritário do Estado Novo 1937-1945 / Gildean Jorge Izequiel Passinho. - 2022.

73 f.

Coorientador(a): Mariana Rodrigues Tavares.

Orientador(a): Leoneide Maria Brito Martins.

Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Estado Novo (1937-1945). 2. Instituto Nacional do Livro. 3. Políticas Públicas de Leitura. I. Martins, Leoneide Maria Brito. II. Tavares, Mariana Rodrigues. III. Título.

**GILDEAN JORGE IZEQUIEL PASSINHO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA:** uma análise da atuação do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leoneide B. Martins  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana R. Tavares

Data da defesa \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leoneide Maria Brito Martins (Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mariana Rodrigues Tavares (Coorientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aldinar Martins Bottentuit  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho ao meu falecido pai, à minha  
mãe e irmãos pelo estímulo, carinho e  
compreensão.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Leoneide B. Martins por ter me aceitado como orientando, e também, por ter paciência, generosidade e solidariedade.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Mariana R. Tavares por ter sido tão solícita, forneceu-me alguns de seus trabalhos que foram fundamentais.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Aldinar M. Bottentuit pela colaboração e solidariedade.

Agradeço ao professor Dr. César Augusto Castro pela sugestão dessa temática proferida na aula de sua disciplina: História do Livro e das Bibliotecas.

Agradeço aos amigos que fiz durante o curso, em especial: Elias Gutemberg, Marina Lima, Adriana Jany, Cecilna Miranda, Layane Viegas, Renata Ramos, Eduardo Freire e Lucas Cipriano.

Por fim, agradeço também, a todos (as) professores (as) do curso de Biblioteconomia da UFMA.

“O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste.”

(Gustavo Capanema, 1937)

## RESUMO

Analisa a atuação do Instituto Nacional do Livro durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945). Estuda as atividades das Seções: Seção da Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas. A pesquisa analisa qual foi a importância da atuação do Instituto Nacional do Livro durante esse período. Analisa a relação das políticas públicas com o Estado, assim como as principais características da ditadura do Estado Novo. Como metodologia, utiliza-se a pesquisa descritiva e bibliográfica. Utilizaram-se na pesquisa: livros (físicos e digitais), teses, dissertações e artigos científicos em repositórios digitais e sites na internet. Como resultado da análise da pesquisa, verificou-se que a Seção da Enciclopédia e do Dicionário objetivou organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, porém o objetivo não foi concretizado. Verificou-se que a Seção das Publicações editou várias Coleções de livros, porém, devido à pequena quantidade de recursos aliada às limitações do parque gráfico, da indústria livreira e da Seção da Enciclopédia e do Dicionário, a Seção das Publicações não conseguiu êxito em baratear a edição de livros, nem facilitar a sua importação. Verificou-se que a Seção das Bibliotecas incentivou a organização e auxiliou a manutenção de bibliotecas públicas em todo país, assim, durante o período de 1938-1945 foram instaladas e registradas 3.044 bibliotecas, o volume de acervo registrado foi de 4.624.56 e foram doados 774.340 volumes.

**Palavras-chave:** Instituto Nacional do Livro. Políticas Públicas de Leitura. Estado Novo (1937-1945).

## ABSTRACT

It analyzes the performance of the Instituto Nacional do Livro during the authoritarian period of the Estado Novo (1937-1945). Study the activities of your Sections: Encyclopedia and Dictionary Section, Publications Section and Libraries Section. The research analyzes the importance of the work of the Instituto Nacional do Livro during this period. It analyzes the relationship between public policies and the State, as well as the main characteristics of the Estado Novo dictatorship. As a methodology, descriptive and bibliographic research is used. The following were used in the research: books (physical and digital), theses, dissertations and scientific articles in digital repositories and websites. As a result of the research, it was found that the Encyclopedia and Dictionary Section aimed to organize and publish the Brazilian Encyclopedia and the National Language Dictionary, but the objective was not achieved. It was found that the Publications Section edited several Book Collections, however, due to the small amount of resources combined with the limitations of the graphic park, the book industry and the Encyclopedia and Dictionary Section, the Publications Section was not successful in making it cheaper. The edition of books, nor facilitate their importation. It was found that the Libraries Section encouraged the organization and helped the maintenance of public libraries throughout the country, thus, during the period 1938-1945, 3,044 libraries were installed and registered, the volume of registered collection was 4,624,56 and 774,340 volumes donated.

**Keywords:** Instituto Nacional do Livro. Public Reading Policies. Estado Novo (1937-1945).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Os Atores das Políticas Públicas.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 As Fases das Políticas Públicas.....</b>	<b>20</b>
<b>3 A DITADURA DO ESTADO NOVO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS .</b>	<b>24</b>
<b>3.1 O Golpe de 1937.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 A Centralização do Poder.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3 A Burguesia Industrial.....</b>	<b>29</b>
<b>3.4 O Paternalismo.....</b>	<b>31</b>
<b>3.5 O Autoritarismo.....</b>	<b>33</b>
<b>3.6 O Nacionalismo.....</b>	<b>37</b>
<b>4 ATUAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL) DURANTE O PERÍODO AUTORITÁRIO DO ESTADO NOVO (1937-1945).....</b>	<b>43</b>
<b>4.1 A Seção da Enciclopédia e do Dicionário.....</b>	<b>43</b>
<b>4.2 A Seção das Publicações.....</b>	<b>50</b>
<b>4.3 A Seção das Bibliotecas.....</b>	<b>56</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando a família real portuguesa veio para o Brasil em 1808, e se fixou na cidade do Rio de Janeiro, teve-se a necessidade de imprimir documentos, papéis, atas etc., por conta disso, foi criada a Imprensa Régia<sup>1</sup>, responsável pela fabricação dos documentos oficiais do governo. A partir de 1821, no clima de independência política, e conseqüentemente com a extinção da Imprensa Régia e abolição da censura dos livros, cresceu as publicações impressas e o interesse da população pela leitura (embora nessa época a conjuntura política, social e econômica da população brasileira dificultasse o acesso à escola, ao livro e à leitura). Assim, com a família real estabelecida no Brasil teve-se um benefício muito importante para o acesso ao livro, que é a criação no Rio de Janeiro da Biblioteca Real – hoje Biblioteca Nacional (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019; SILVA, 2009).

Nesse século houve, pelo menos nas maiores cidades brasileiras, uma intensificação da abertura de espaços relacionados à leitura, principalmente no caso das livrarias, posteriormente na estruturação de bibliotecas. Se as primeiras décadas do Século XIX, da chegada de D. João VI em 1808 até a Proclamação da Independência em 1822, foram marcadas pela censura e, principalmente, pelo monopólio da impressão pela Imprensa Régia, daí em diante o cenário toma outra direção (SILVA, 2009, p. 82).

No entanto, embora tivesse tido avanço no campo cultural dessa época, observa-se que a educação e a cultura no país sempre estiveram atreladas à classe elitista. Em uma época em que imperava a desigualdade social, o analfabetismo; em que a maioria da população não tinha acesso aos bens culturais; e também, em que as crianças não tinham estabelecimentos de educação apropriados. Além do mais, as instituições de ensino tinham um caráter absolutamente excludente, em que se beneficiavam apenas os membros de famílias ricas. Portanto, destacou-se, por exemplo, o papel excludente que a biblioteca pública exercia, uma vez que para poder ter o seu acesso, era necessário que o indivíduo soubesse ao menos ler e escrever (HAIDAR; TANURI, 1998 apud SALA, 2018).

De acordo com Araújo (2002, p. 18), como bem observa em sua análise, durante toda a Primeira República<sup>2</sup>, o problema desse caráter excludente da biblioteca pública estava ligado ao grande índice de analfabetismo e a ausência de políticas públicas educacionais:

---

<sup>1</sup> A necessidade urgente de dar publicidade aos atos do governo fez introduzir a imprensa no Brasil no dia 13 de maio de 1808. No entanto nada de especial foi feito para marcar essa data. De acordo com o decreto do príncipe regente, cabia à Imprensa Régia imprimir toda a legislação e papéis diplomáticos de qualquer repartição do real serviço e também todas e quaisquer tipos de obras. MORAES, 2006, p. 108-109.

<sup>2</sup> A Primeira República foi amplamente difundida pelos ideólogos do Estado Novo como “Velha” República, ou

Durante toda a existência da velha república (1889/1930), as bibliotecas públicas, criadas pelos governos estaduais e municipais, foram pouquíssimas. O alto índice de analfabetismo do país representava a ausência de leitores, o que prejudicava o esforço para aumentar o número de bibliotecas públicas. E, por outro lado, a ausência de políticas educacionais que buscassem, efetivamente, a diminuição ou erradicação do analfabetismo no país, contribuía para que este quadro se mantivesse inalterado. [...].

No início da década 1930 do século XX, o governo de Getúlio Vargas, para criar uma boa imagem do Brasil como um país em pleno desenvolvimento industrial, fomentou as primeiras políticas públicas, sobretudo as de incentivo à leitura no país. No início, fomentou-se a qualificação da mão de obra para trabalhar nas indústrias (a princípio o objetivo não era a formação de leitores, mas capacitar os indivíduos a decifrarem o mínimo de códigos linguísticos no seu local de trabalho). Em seguida, teve-se a necessidade de se implantar políticas públicas voltadas para a alfabetização, em que ocorreram dois pontos fundamentais para o incentivo da leitura. O primeiro ponto a destacar foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, e o segundo foi o reconhecimento legal da educação como direito de todos e dever das famílias e do governo federal (CORDEIRO, 2018).

Nesse sentido, em 1937, quando o Estado Novo foi instaurado no Brasil, vários modelos nacionalistas de tipo autoritário já estavam em andamento na Europa, como por exemplo, na Alemanha, Itália, Portugal e Espanha. Esses modelos serviram de espelho para o Estado Novo que, com o seu corporativismo estatal, banuiu os partidos políticos da sociedade e acabou de vez com a democracia vigente. Com a centralização do governo, a burocracia, civil e militar, exerceu grande apoio na ordem interna e no processo de industrialização. Em vista do projeto de criação do Estado Nacional, da nacionalização da política e da criação do novo homem para o Estado Novo, fez com que o regime investisse na educação e na cultura. Ademais, censurou vozes antagônicas, muitos dos políticos e intelectuais de esquerda foram perseguidos e presos, assim como alguns também fizeram parte das políticas do Estado Novo (PANDOLFI, 2018).

De acordo com Araújo (2002, p. 19), esse contexto autoritário do Estado Novo pode ser compreendido como

---

seja, era vista pelo que tinha de pior: incompetência política, social e cultural. De modo que nada acrescentaria de positivo à história do Brasil. Portanto, cabe ressaltar que essa é uma interpretação errônea da Primeira República. GOMES e ABREU, 2008?, p. 8-9.

a implementação de concepções políticas corporativistas e autoritárias dos grupos dominantes, tanto no âmbito do Estado como fora dele. Assim pode-se dizer que o Estado Novo nasceu da vontade política de uma cúpula [de] governantes que, não acreditando mais na eficácia do sistema democrático, opta conscientemente pela estruturação de um Estado autoritário, onde se irá buscar a efetivação das transformações necessárias por estes grupos dominantes à “modernização” da sociedade brasileira.

Nesse contexto, conforme Leitão (2010) e Silva (1992), o governo Vargas, por meio do Ministro Gustavo Capanema, criou, em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL), como o primeiro órgão a propagar o acesso ao livro, à leitura e a disseminação de bibliotecas públicas em todo país. O INL tinha como objetivos principais produzir uma Enciclopédia Brasileira e um Dicionário, editar obras raras, baratear a publicação de livros, assim como facilitar a sua importação e promover o desenvolvimento das bibliotecas públicas no país. Dessa forma, participaram dessa incumbência os intelectuais Augusto Meyer, Sérgio Buarque de Holanda, Américo Facó e Mário de Andrade.

Para os formuladores da política cultural da década de 1930, anos de busca de uma identidade nacional, a organização de uma enciclopédia e um dicionário da língua brasileira parecia fundamental à própria existência cultural do país. Já as bibliotecas, na definição de Capanema, eram necessárias por serem "centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura" (CPDOC/FGV, [não paginado], c2009).

Diante do exposto, este estudo se baseia na seguinte problemática: qual foi a importância da atuação do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945)?

O objetivo geral desta pesquisa procura analisar e compreender a atuação do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945). Por meio dos objetivos específicos, procura-se:

- a) Abordar a relação entre as Políticas Públicas e o Estado;
- b) Destacar a ditadura do Estado Novo e suas principais características;
- c) Analisar a atuação do Instituto Nacional do Livro durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945).

Metodologicamente, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica. Pois segundo Gil (2002, p.42): “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, [...] o estabelecimento de relações entre variáveis”. Como técnica de pesquisa, isto é, o

procedimento utilizado na coleta de dados, emprega-se uma pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002, p. 44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Portanto, de maneira que se pudesse concretizar o estudo, foi utilizado o levantamento da literatura sobre o tema proposto, em geral, foram utilizados na coleta de dados para este estudo: livros (físicos e digitais), teses, dissertações e artigos científicos em repositórios digitais e sítios na internet.

## 2 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO

As políticas públicas são ações, metas ou planos traçados pelos governos federal, estadual e municipal com o intuito de alcançar o bem-estar social. As ações tomadas pelos governos são aquelas entendidas como prioridades ou expectativas da sociedade. Desse modo, são sempre os governos que decidem o bem-estar da população, pois esta não consegue se comunicar efetivamente. Assim, a população faz demandas aos políticos e estes, por conseguinte, mobilizam os membros do Poder Executivo para concretizarem os pedidos da população (LOPES; AMARAL, 2008).

Para Saravia e Ferrarezi (2006) políticas públicas são um fluxo de decisões públicas que visa equilibrar ou desequilibrar a realidade da sociedade. O fluxo condiciona as decisões que provocam transformações sociais. Nesse sentido, as decisões públicas são estratégias que têm várias finalidades, uma delas é a consolidação da justiça social e da democracia. Dessa forma, políticas públicas são um sistema de decisões públicas que objetiva, por meio de estratégias de ação ou omissão, modificar a realidade social.

Nessa perspectiva, Schmidt (2018) define que as políticas públicas são respostas do Estado a problemas políticos, isto é, o Estado intervém para atender às demandas sociais. Devido à escassez de recursos, algumas demandas são priorizadas e outras são relegadas ou deixadas para segundo plano. Dessa forma, as prioridades constituem o fator principal das políticas do governo. De modo geral, para atender os problemas políticos, o governo tende a priorizar as demandas feitas pelas pressões dos grupos sociais, dos compromissos eleitorais e das entidades empresariais.

Para que as políticas públicas tomem forma, isto é, concretizem-se, é preciso lançar mão de alguns instrumentos de políticas públicas (SECCHI, 2013, p. 11):

[...] programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros. [...].

Entende-se, portanto, que os problemas públicos na área da saúde, moradia, educação etc., condicionam os governos (federal, estadual e municipal) à elaboração de estratégias de políticas públicas para solucioná-los. Secchi (2013, p. 2) ratifica: “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nesse sentido, para que vire pauta de

uma política pública, o problema tem que ter prioridade e relevância social e que, também, os governantes eleitos sofram pressões dos grupos organizados da sociedade civil.

Em uma segunda análise, durante o começo do século XX, as políticas públicas viraram pautas importantes do Estado. Devido à ocorrência de diversas revoluções sociais, jurídicas, políticas e econômicas, o Estado viu-se obrigado a estabelecer novas funções, em respostas às demandas sociais, como: saúde pública, habitação, educação e proteção aos trabalhadores. As revoluções burguesas foram importantes para a consolidação de direitos e garantias individuais, isso mostra que os direitos sociais foram uma das principais reivindicações da população durante esse século. Todavia, por causa dos problemas do desenvolvimento social e do capitalismo, as demandas sociais se tornaram cada vez maiores (GIANEZINI; RODRIGUES, 2019).

Ainda mais, o século XX foi um marco na história da humanidade, as revoluções, os direitos, a justiça social, entre outros, mostram como o Estado vem se tornando cada vez mais atuante para garantir o bem-estar da sociedade. Diante disso, Schmidt (2018, p.125) mostra como as políticas do Estado se tornaram cada vez mais importantes:

A construção dos Estados de Bem-Estar Social (*welfare states*) e as revoluções socialistas no Século XX inauguraram um conjunto de políticas de caráter universalizante – na educação, saúde, previdência social e outras – que constituem um patrimônio da humanidade na luta por maior igualdade social.

No entanto, para Ferreira (2006), o Estado é por natureza classista, cujos postos de poder são ocupados pela elite, o que significa dizer que os membros da classe dominante detêm os meios de produção. Assim, as políticas de interesse das classes dominadas se reduzem e se tornam apenas um jogo de exploração e dominação.

Nesse sentido, sob a ótica do Estado capitalista e do desenvolvimento do capitalismo, Carnoy (1994) questiona se o Estado democrático liberal é mesmo democrático. Para o autor, a democracia está intimamente ligada ao capitalismo industrial do século XX. Dessa forma, o que se entende por pluralismo é, na verdade, corporativismo. Assim, ele argumenta que

Nos Estados Unidos, o cidadão típico provavelmente descreveria o governo como uma democracia pluralista na qual diferentes grupos de interesses e o povo definem, em geral, as políticas públicas. O Estado é visto como um campo neutro de debate. Os representantes eleitos e os burocratas nomeados chefiam mas, simultaneamente, refletem os anseios do povo, pelo menos para aquelas pessoas que estão interessadas pelos problemas mais próximos. E embora o burocrata do Estado possa desenvolver uma vida própria, o povo

em geral admite que, através de eleições, detém o poder, no final das contas, sobre as decisões governamentais. (CARNOY, 1994, p. 19).

Nesse mesmo contexto, durante o século XX, o papel do Estado cresceu de forma substancial em muitas sociedades, tornando-se preocupação de estudo para os cientistas sociais, assim ressalta Carnoy (1994, p. 9):

[...] o setor público – aqui chamado de Estado – cresceu em importância em todas as sociedades, da industrial avançada à exportadora de bens primários do Terceiro Mundo, e em todos os aspectos da sociedade – não apenas político, como econômico (produção, finanças, distribuição), ideológico (educação escolar, os meios de comunicação) e quanto a força legal (polícia, forças armadas). Por que isso ocorre e como se configura o crescente papel do Estado têm se tornado uma preocupação crucial para os cientistas sociais – talvez a preocupação crucial – de nossos dias. O Estado parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social, para a liberdade individual e, através da “sofisticação” crescente das armas, para a própria vida e a morte. Compreender o que seja política no sistema econômico mundial de hoje é, pois, compreender o Estado nacional e compreender o Estado nacional no *contexto desse sistema* é compreender a dinâmica fundamental de uma sociedade.

No Brasil, por volta de 1930, o Estado deu início às primeiras políticas públicas, como forma de melhorar a qualidade de vida da população, para isso, teve-se a participação da burocracia brasileira na elaboração das primeiras atividades de caráter científico. Desse modo, a intervenção do Estado e a participação técnico-científica dos burocratas foram cruciais para o desenvolvimento do país (FARAH, 2016).

Para Fausto (1995), já durante o Estado Novo, do ponto de vista socioeconômico, a ligação dos burocratas civis e militares com a burguesia industrial foi uma marca fundamental do Estado. Nesse sentido, com o objetivo comum de promoverem a industrialização do país, ambas às classes seguiram caminhos parecidos, de maneira que a burguesia industrial estava convencida de que era o momento do Estado intervir para incentivar a industrialização. Os burocratas defendiam a industrialização, porque achavam que isso traria mais independência ao país. Já os militares achavam que a economia e a segurança nacional seriam fortalecidas se investissem na indústria de base.

Para promover o desenvolvimento do país, a administração pública objetivou racionalidade e eficiência. Para dar mais eficiência e racionalidade, foi criado, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão especial que tinha a finalidade de melhorar a formação, a capacidade técnica e a meritocracia dos profissionais, de modo que fosse substituída a indicação política e a filiação partidária (CPDOC/FGV, c2009).

Segundo Leite Júnior (2014), fica claro que a participação da burocracia brasileira foi de fundamental importância na criação de um modelo de Estado, embora de viés autoritário modernizador. O governo centralizador de Vargas tinha o objetivo de suprir as demandas da população não atendidas pela política excludente da Primeira República. Assim, deu início a várias políticas de inclusão social.

Portanto, para Ferreira (2006), a garantia dos direitos fundamentais da população, pressupõe a atuação efetiva do Estado, de forma que as pessoas tenham dignidade e supere a ignorância. Por conseguinte, como forma de inclusão social, o Estado garanta acesso à saúde, à cultura, ao trabalho e ao bem-estar social. No entanto, nas últimas décadas, o Estado tem negado esses direitos à população. Para se contrapor a essas dificuldades, vários atores sociais vêm atuando e formulando estratégias de políticas públicas para diminuir os problemas sociais do país.

## **2.1 Os Atores das Políticas Públicas**

Os atores são os grupos que fazem parte do sistema político, que apresentam demandas ou participam de ações na sociedade. Nesse sentido, há dois tipos de atores: os *estatais*, que atuam de forma temporária e que têm origem do Estado ou do Governo, isto é, os funcionários públicos e/ou os próprios políticos; e os *privados*, que atuam permanentemente e que têm origem da Sociedade Civil, e que não possuem nenhum vínculo com a administração pública, dentre eles destacam-se: a imprensa, as Associações da Sociedade Civil Organizada (SCO), os grupos empresariais, os lobbies, entre outros. Assim, esses dois tipos de atores fazem parte de todo o processo de desenvolvimento de políticas públicas (LOPES; AMARAL, 2008).

Nessa perspectiva, de acordo com Rua e Romanini ([2010?]), não se deve tratar o Governo e a Sociedade Civil genericamente como atores políticos. Em se tratando de políticas públicas, não é comum falar em atores políticos de forma abstrata, devido ao fato de esses atores estarem ligados a uma política pública em si. Assim, os atores políticos podem abranger tomadores de decisão, financiadores, fornecedores, beneficiários, isto é, indivíduos que participam da política pública.

Além disso, observa-se que os políticos, como atores públicos, são fundamentais para as políticas públicas. Quando fazem parte do Executivo ou Legislativo, têm maior autonomia para propor e implementar políticas públicas de maior relevância social (SECCHI, 2013).

Dessa forma, Brasil e Capella (2016, p. 74) apontam que “[...] um elemento central é a ideia de que o agente mais importante do processo de produção de políticas públicas é o governo”.

Brasil e Capella (2016) acrescentam ainda que política pública é apenas aquilo que pode ser implementado por um ator estatal. Dessa forma, eles enfatizam que o Governo sempre está por trás da implementação das políticas públicas. Para Saravia e Ferrarezi (2006), esse conceito encontra-se nos estudos de políticas públicas que mostram as instituições estatais como fator preponderante, em que os agentes públicos buscam atender às classes, grupos e às necessidades da sociedade.

Por outro lado, segundo Schmidt (2018), a atuação das organizações privadas vem crescendo fortemente, de diversas maneiras na política, desde os anos 1980, quando a administração pública passou a adotar as reformas do Estado, para favorecer a lógica neoliberal. Com isso, as empresas passaram a influenciar vários setores da política, como por exemplo, financiando campanhas, elegendo empresários para os cargos do Executivo e Legislativo, e usam a mídia para manipular a opinião pública e difundir suas pautas políticas.

Portanto, assim como os atores estatais, os atores privados atuam em vários canais da sociedade, demonstrando que as políticas públicas não são apenas pautas sociais, mas também pautas econômicas. No que concerne ao processo de decisão política, a articulação dos atores públicos e privados em diferentes espaços de comunicação, determinará a sua capacidade de influência. No entanto, a capacidade na tomada de decisão política é desigual no que tange a capacidade dos grupos em influenciar a política, assim o grande fator de desigualdade é o econômico (MARSULO, 2016).

## **2.2 As Fases das Políticas Públicas**

A 1ª fase das políticas públicas é conhecida como *Formação da Agenda*. Nesta fase, é necessário identificar de modo sistemático, quais os problemas que serão tratados pelo governo. É praticamente impossível para os agentes públicos atenderem a todos os problemas de uma sociedade. Assim, nesta fase do processo, envolvem a emergência, o reconhecimento e a definição das questões que serão motivos de tratamento, e também, das que serão descartadas (LOPES; AMARAL, 2008).

Os **partidos políticos**, os **agentes políticos** e as **organizações não governamentais** são alguns dos **atores** que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos. Do ponto de vista racional, esses atores

encaram o problema público como matéria-prima de trabalho. Um político encontra nos problemas públicos uma oportunidade para demonstrar seu trabalho ou, ainda, uma justificativa para a sua existência. A partir do momento em que uma espécie da fauna entra em extinção, e isso vem a conhecimento público, surge a oportunidade de criação de uma entidade de defesa daquela espécie. [...] Se um problema é identificado por algum ator político, e esse ator tem interesse na sua resolução, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação. Essa lista de prioridades é conhecida como agenda. (SECCHI, 2013, p.45 [grifo do autor e nosso]).

Na 2ª fase tem-se a *Formulação de Políticas*. Aqui é o momento em que se estabelecem os objetivos da política pública, seus programas e suas metas. Quando determinada situação pública é vista como um problema, os atores públicos entram em ação para solucioná-lo. Porém, é nesta fase que os grupos antagônicos dos mais variados setores irão entrar, muitas das vezes, em disputa política; e também, é onde os grupos questionam e reivindicam ações favoráveis ou contra (LOPES; AMARAL, 2008).

Nesse sentido, conforme Schmidt (2018, p.133):

Embora não se deva desconsiderar a elaboração de políticas “em gabinetes”, de forma fechada e não participativa, grande parte delas é fruto de elaboração partilhada em *comunidades de políticas (policy communities)*, as redes de agentes de certa área, que compartilham interesses, linguagem comum e certa identidade, e *redes temáticas (issue networks)*, que se formam em torno de assuntos específicos, como questões econômicas, ecológicas, culturais, de gênero. [...] Nessas comunidades e redes expressam-se conflitos e antagonismos, mas também se criam as condições para acordos negociados que permitam que sejam traçadas as estratégias para dar conta das demandas da área. (MÜLLER; SUREL, 2002, p. 87 apud SCHMIDT, 2018, p. 133).

Na 3ª fase tem-se o *Processo de Tomada de Decisão*. Esta fase vai responder aos problemas definidos na Agenda. É aqui que são tomadas as ações para definir os programas e o tempo da política. É o momento em que os atores explicitam por escrito os seus interesses, por exemplo, leis, normas, decretos e outros atos administrativos. Porém, cabe salientar que é necessário tomar decisões em todas as fases, enquanto durar o ciclo de Políticas Públicas (LOPES; AMARAL, 2008).

Nessa perspectiva, para Secchi, (2013, p. 51-52), há três formas de entender esse processo dinâmico:

1. Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções: a tomada de decisões *ad hoc* com base no estudo de alternativas, ou seja, toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então se

busca escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão. 2. Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas: o nascimento do problema, o estabelecimento de objetivos, e a busca de soluções são eventos simultâneos e ocorrem em um processo de “comparações sucessivas limitadas.” [...]. 3. Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas: um empreendedor de política pública já tem predileção por uma proposta de solução existente, e então luta para inflar um problema na opinião pública e no meio político de maneira que sua proposta se transforme em política pública. [grifo nosso].

Na 4ª fase tem-se a *Implementação das Ações*. De acordo com Saravia e Ferrarezi (2006, p. 34), a implementação constitui-se pelo “planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política.” É a etapa em que o planejamento e todas as outras escolhas são executados. Nesta etapa, a administração pública é responsável pela execução direta da política (chamada de ação direta), em que é feita a aplicação e todo o monitoramento e controle das ações definidas (LOPES; AMARAL, 2008).

Todavia, a execução direta da política não é feita somente pelo Estado, também pode ser delegada para outras entidades não governamentais, como afirma Schmidt (2018, p.135):

Na implementação de políticas, o Estado é responsável pela coordenação e acompanhamento, mas não necessariamente pela execução direta. A execução dos serviços públicos pode seguir três caminhos principais: execução direta pelo poder público; delegação da execução para a sociedade civil (terceiro setor); e delegação para o setor privado. No Brasil, a delegação de serviços públicos está legitimada pela Constituição Federal, que no art. 175 estabelece que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

A 5ª fase é a da *Avaliação*. Embora seja a última, a fase da Avaliação é tão importante quanto às outras fases. O ciclo de Políticas Públicas depende da eficiência da Avaliação para que se possa obter retorno (*feedback*) das ações governamentais e maximizar os resultados economizando o máximo de recursos públicos. Desse modo, pode ser feita em todas as etapas do ciclo (LOPES; AMARAL, 2008). Além disso, a Avaliação depende da formulação de critérios, segundo Secchi (2013, p. 63), “Os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Os critérios se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade [...] para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal”.

Assim, destacam-se os principais critérios de avaliação:

[...] a efetividade (a adequação da execução prática da política ao planejamento), a eficácia (alcance dos objetivos com base nos resultados), a eficiência (a relação entre resultados e custos) e a legitimidade (aceitação da política pela população). Didaticamente, as perguntas centrais em cada caso são: **a)** na *avaliação de efetividade*: o que foi planejado foi executado? **b)** na *avaliação da eficácia*: os objetivos e metas foram alcançados? **c)** na *avaliação da eficiência*: a que custo foram alcançados os resultados? **d)** na *avaliação de legitimidade*: qual o grau de aceitação da política por parte dos beneficiados? (SCHMIDT, 2018, p.138 [grifo nosso]).

Diante do exposto, em teoria, o modelo do processo de *policy cycle* (ciclo de política) é concebido por meio de uma sequência de fases, isto é, o *modus operandi* das políticas públicas. No entanto, na vida prática, os atores políticos quase nunca seguem essas fases. Além disso, esse modelo, por ser de “tipo puro”, também, dificilmente corresponde à prática, isto não significa que não deva servir de plano teórico de análise explicativa. Assim, o modelo do ciclo de política pode servir de quadro comparativo com os processos reais, fornecendo elementos para análise de resolução de problemas processuais possíveis (FREY, 2000).

### 3 A DITADURA DO ESTADO NOVO E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

#### 3.1 O Golpe de 1937

Em 10 de novembro de 1937, deu-se início ao Estado Novo. Nesse dia, o congresso foi cercado pela polícia militar (sem a presença do exército) e os parlamentares foram impedidos de entrar. Durante a noite, Getúlio Vargas proclamou uma nova Carta Constitucional e inaugurou mais uma etapa na política brasileira (FAUSTO, 1995). Para implantar o Estado Novo, Getúlio Vargas e os militares planejaram um golpe chamado de Plano Cohen, esse plano foi um pretexto para a sua consolidação no poder. O plano foi redigido pelo capitão Olímpio Mourão Filho (chefe do serviço secreto) e falsamente atribuído à Internacional Comunista (Kominter), o plano dizia que os comunistas tramavam tomar o poder do país (CPDOC/FGV, [n.p.], c2009).

[...] no dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, apresentou ao país, através de um programa de rádio, uma nova Constituição. Segundo as suas palavras, a Constituição que havia sido promulgada três anos antes, em 1934, baseada no liberalismo e no sistema representativo, estava “antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir”. Naquele momento, através de um golpe, tinha início o Estado Novo, um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil. O poder Legislativo foi fechado, os partidos políticos extintos e as eleições suspensas (PANDOLFI, p.103-104, 2018).

Segundo Fausto (1995), o segredo para se compreender o Estado Novo estava nas “disposições finais e transitórias” da Carta de 1937. A nova Constituição dava plenos poderes para Getúlio Vargas decidir ou não sobre o mandato dos novos governadores eleitos. Além disso, eram dissolvidos o Parlamento, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais, ao passo que Getúlio Vargas passava a governar através de decretos-lei e instaurando o estado de emergência em âmbito federal. Desse modo, suprimindo as liberdades individuais, garantidas pela própria Constituição.

Parágrafo único - O Presidente da República decretará a intervenção nos Estados cujos Governadores não tiverem o seu mandato confirmado. A intervenção durará até a posse dos Governadores eleitos, que terminarão o primeiro período de governo, fixado nas Constituições estaduais.

Art. 178 - São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao Parlamento nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito a que se refere o art. 187.

Art. 180 - Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União.

Art. 186 - É declarado em todo o País o estado de emergência (CONSTITUIÇÃO, 1937, [não paginado]).

É certo que o golpe de 1937 teve seu surgimento de forma natural, vindo de um processo que se iniciou com a Revolução de 1930. Nesse período, a ordem liberal da primeira república ficara fortemente ameaçada propiciando a desagregação e a anarquia da população. Sendo assim, a insurreição crescia em todo o país, colocando em perigo as instituições vigentes no país (PANDOLFI e GRZYNSZPAN, 1987).

O Estado Novo não foi um corte radical com o passado brasileiro. Durante todo o período da revolução de 1930 a 1937, suas instituições vinham se transformando e ganhando corpo. E, portanto, em novembro de 1937, elas se fundem e se fundam concretizando-se enquanto se instaura um novo regime (FAUSTO, 1995).

No entanto, para Gomes e Abreu (2008?, p. 3), o Estado Novo foi de fato um corte radical com o passado brasileiro, que considerava a Primeira República como um grande fracasso desde o início:

[...] Em primeiro lugar, a da existência de uma interpretação que considera o Estado Novo, em bloco, como um evento que se articula diretamente às intenções dos revolucionários de 1930 e é um desdobramento natural da “revolução”, produzindo um corte radical com o passado do país. Em segundo lugar, que a Primeira República, a partir daí decididamente “velha”, também em bloco, passa a ser avaliada como um grande fracasso e equívoco, praticamente desde seu começo, em 1889 ou 1891, anos da Proclamação ou da Constituição, não importa. Assim, nessa narrativa, vemos como as elites vitoriosas do pós-1930 inauguravam um projeto político que se concluía com o Estado “Novo”, enterrando definitivamente uma República “Velha” e tornando os anos que vão de 1931 a 1936 uma antecâmara da presença inevitável do golpe de novembro de 1937. [...].

Desde os anos 1920, o Estado democrático liberal brasileiro vinha sofrendo severas críticas devido à sua fragilidade institucional. As oligarquias, os atores principais desse processo, não estavam cooperando com o sistema (destacou-se com isso o coronelismo<sup>3</sup>). Isso criava um verdadeiro bloqueio aos espaços públicos, onde os interesses privados eram canalizados e solucionados. De maneira que foram se criando novos laços políticos, novos

---

<sup>3</sup> Com a implantação da Constituição de 1981, criou-se o federalismo que deu origem ao coronelismo. O federalismo deu ampla margem de autonomia aos estados, em detrimento dos municípios, em que se criou um novo ator político – os governadores. Esse fato político foi muito importante para a política dos coronéis. No entanto, o fato econômico, gerado pela crise dos fazendeiros, causou aos coronéis um grande enfraquecimento de poder. FERREIRA e PINTO, 2008, p. 392.

atores políticos capazes de limitar as forças dos coronéis, de modo que assim foram se criando brechas para que se construísse uma nova força centralizadora incontestável (GOMES e ABREU, 2008?).

De acordo com Oliveira, Velloso e Gomes (1982), os novos atores políticos precursores do pensamento político-centralizador do Estado Novo, intencionalmente ou não, foram os ilustres intelectuais dos anos 20. Destacaram-se muitos dos intelectuais que participaram dos grupos modernistas e que depois vieram a participar do projeto político-cultural do Estado Novo.

A roda de intelectuais mineiros, que se fez presente no cenário nacional pela publicação de *A Revista* (1925), guarda relações diretas com o trabalho desenvolvido no Ministério de Educação e Cultura durante o Estado Novo. Carlos Drummond de Andrade e Gustavo Capanema são exemplos significativos das múltiplas possibilidades na relação entre intelectuais e poder. Cassiano Ricardo, presente no grupo *Verde-Amarelo*, junto com Menotti del Picchia e Plínio Salgado, participou do projeto estado-novista na direção do jornal *A Manhã*. Rosário Fusco, membro jovem e destacado do grupo *Verde*, de Cataguases, foi braço direito de Almir de Andrade na *Cultura Política*. Gilberto Freyre, principal mentor do movimento regionalista do Nordeste, apesar de suas desavenças com o interventor de Pernambuco, compareceu nas páginas da *Cultura Política* enaltecendo a obra e a figura de Vargas durante o Estado Novo. Sem ser um modernista, Alceu Amoroso Lima, crítico literário e expoente da intelectualidade católica, exerceu durante o Estado Novo um importante papel de mentor intelectual e guardião dos valores morais do catolicismo junto ao ministro Capanema. (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 10-11).

Nesse contexto, na Europa, estavam em ascensão muitos movimentos políticos autoritários nacionalistas que eram objetos de apreciação entre os brasileiros ilustres. Na França, desde o final de século XIX, vinham a crescer fortíssimos movimentos nacionalistas; na Itália em 1923, Benito Mussolini chega ao poder com o fascismo; em Portugal, 1929, António de Oliveira Salazar ascende ao poder com o salazarismo; na Alemanha em 1933, Adolf Hitler com o nazismo; por fim, na Espanha em 1936, Francisco Franco chega ao poder com o franquismo, em que a Espanha entraria em uma terrível e sangrenta guerra civil (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982).

Ademais, com o *crack* da bolsa de valores de Nova York em 1929, fez com que a economia brasileira entrasse em uma profunda crise e acelerasse o processo de mudança. Com a conjuntura política e financeira eclodiram-se vários movimentos revolucionários na América Latina. No Brasil, novas forças autoritárias surgiram com a Revolução de 1930<sup>4</sup>, em

---

<sup>4</sup> A conspiração revolucionária se deu em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no dia 3 de outubro de 1930.

que vai provocar novas mudanças para o país. Os revolucionários de 30, liderados por Getúlio Vargas, eram fortemente contrários à Constituição liberal de 1891, justificavam que era uma mera cópia estrangeira e inadequada à realidade brasileira (CAPELATO, 2007).

O Estado Novo, portanto, surgiu devido às transformações pelas quais o mundo passava, ou seja, as democracias liberais<sup>5</sup> estavam a ser destruídas. Dessa forma, propiciava, sobretudo, uma identificação entre o Estado Novo no Brasil com o fascismo na Europa, esta semelhança, contudo, desconhecia muitas características específicas do panorama brasileiro e do regime de 1937. Os intelectuais brasileiros fortemente apegados às idéias européias propunham novas alternativas para a realidade nacional, de modo que a valorização da história nacional, a valorização do povo, portanto, esses traços nacionalistas estavam fortemente ligados ao pensamento europeu (OLIVEIRA;VELLOSO; GOMES, 1982).

### 3.2 A Centralização do Poder

Até aquele momento, o Estado Novo tinha conseguido centralizar uma quantidade enorme de poderes nunca vista antes na história do Brasil, desde a independência. Toda essa característica centralizadora tinha sua gênese na Revolução de 1930. Os Estados eram governados por interventores, estes, por sua vez, eram controlados por um departamento administrativo, criado em 1939, que tinha substituído as assembleias estaduais (FAUSTO, 1995).

Na própria noite de 10 de novembro de 1937, quando acabara de ser instaurado no país o regime ditatorial, que foi chamado de Estado Novo – nome do regime instituído por Antônio de Oliveira Salazar em Portugal em 1933 –, Vargas explicou suas razões e seus projetos à população através do rádio: diante da inoperância do Legislativo, era preciso, segundo ele, reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país. Esse reajuste significou a total centralização do poder: em 27 de novembro, com a concordância dos governadores, transformados em interventores, as bandeiras estaduais foram queimadas em cerimônia pública, e, em 2 de dezembro, todos os partidos políticos foram extintos. Entre as organizações dissolvidas estava a AIB, o que provocou o levante integralista de maio de

---

Depois se alastrou para os demais estados do Nordeste. Aí, no Rio de Janeiro, em 24 de outubro, o presidente do país, Washington Luís, foi deposto pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e pelo almirante Isaías Noronha. Nisso foi constituída uma Junta Provisória de Governo, mas devido às manifestações populares e às pressões vindas do Sul, a Junta Provisória foi obrigada a entregar o governo do país a Getúlio Vargas que foi empossado Presidente da República em novembro de 1930. FERREIRA e PINTO, 2008, p. 407.

<sup>5</sup> Nesse período manifestou-se na Europa e, em outras partes do mundo, uma crise do liberalismo. Os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa provocaram uma crise de consciência generalizada, que resultaram duras críticas à democracia parlamentarista individualista. CAPELATO, 2007, p. 109.

1938. A derrota dos rebelados significou a eliminação dos últimos conspiradores dispostos a pegar em armas. Não havia mais espaço para outras forças a não ser aquelas diretamente controladas pelo governo. (D'ARAUJO, 2017, p. 28).

Nesse sentido, Getúlio Vargas governou o Brasil centralizando e fortalecendo a administração nacional. Criou uma vasta gama de instituições, insistentemente se mostrava como o símbolo do governo e do povo brasileiro. Assim, Getúlio Vargas teve sua imagem atrelada a sua ambigüidade de ser um líder carismático e personalista, e ao mesmo tempo como criador de instituições (WOLFE, [1994?]).

Além disso, a máxima do Estado Novo era de que só um governo forte tornaria possível a verdadeira democracia. Com o seu autoritarismo, ele concentrou em nível federal todas as tomadas de decisões, antes compartilhadas com o congresso e com os estados. Dessa maneira, sua ideologia política englobou práticas autoritárias, modernas e tradicionais, que para adaptar o homem à nova realidade da sociedade usou, sobretudo, como instrumentos de manipulação social, a propaganda e a educação (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982).

O crescimento da centralização sob Vargas foi uma reação à descentralização imposta pelos redatores da Constituição Republicana de 1891, que desejavam desfazer o que encaravam como uma danosa super centralização do Império. [...] a maior parte dos que receberam de bom grado o fim da República Velha em 1930 esperava por um Brasil mais centralizado. Isso era particularmente verdadeiro com relação às classes urbanas, que não haviam conseguido obter, da elite política dominada pela agricultura, aquilo que elas consideravam como seu direito de representação política. Tanto os constitucionalistas liberais quanto os tenentes, sabiam que os seus propósitos tinham maiores perspectivas de sucesso sob um regime federal mais forte. (SKIDMORE, 1982, p. 57-58).

Nessa mesma perspectiva, afirma D'Araujo (2000, [p.19?]):

O Estado Novo enalteceu a técnica em contraposição à política, veiculada como o lado sujo dos “interesses privados”. O conhecimento técnico e científico aplicado à administração seria um patamar superior na forma de lidar com os interesses nacionais. Na prática isto significou a centralização política e administrativa; o fortalecimento do Poder Executivo em níveis até então desconhecidos; a subordinação dos estados ao governo central; o fim das consultas populares através de eleições; e a proscricção do Legislativo. Em suma, a autonomia do Estado em relação às forças da sociedade. Mas, apesar do discurso que privilegiava a modernização racional-legal, o Estado Novo conviveu sempre com formas clientelistas e personalistas, particularmente quando se tratava de nomeações para cargos de confiança.

Em suma, para Alves (2016), a ditadura autoritária do Estado Novo jamais poderia se conciliar com qualquer aspecto democrático. O poder Executivo aboliu o sistema representativo, eliminando as eleições nos anos posteriores e, conseqüentemente, o regime democrático. Enfim, o controle total da centralização político-administrativa do país, exercido pelo presidente Getúlio Vargas, solapou, de uma vez por todas, a autonomia dos Estados e da Federação.

### 3.3 A Burguesia Industrial

A partir de 1933, houve uma aproximação entre o primeiro governo de Vargas e a burguesia industrial. Essa aproximação se deu por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Federação Industrial de Minas. A burguesia industrial era menos favorável à intervenção do Estado na economia, sobretudo, no que concerne ao capital estrangeiro, de maneira que ela assim pudesse se beneficiar. Assim sendo, ela reivindicava, para a proteção das indústrias instaladas no Brasil, medidas no setor de câmbio e tarifas sobre importações (FAUSTO, 1995).

Nas intervenções estatais, outrora abominadas pelos empresários apenas se contrárias aos seus imediatos interesses, crescem e proliferam atividades econômicas incentivadas pelos lucros rápidos, mais jogo de azar que empresa racional. Para que medre essa camada, ontem comercial, hoje industrial e amanhã financeira, o governo há de estar presente, atuante, armado. Dentre as classes, predomina a lucrativa, especuladora nos seus tentáculos, apta menos a produzir do que a enriquecer, em consórcio indissolúvel ao estamento burocrático, este também especializado em comissões e conselhos, alheio à sociedade, desta tutor, ou, em momentos de normalidade, no exercício de discreta curatela. As classes proprietárias, o empresário industrial, racionais nos seus cálculos, se submetem aos destros manipuladores de situações. O *tubaronato* floresce e engorda, ensejando a suspeita de que sua fortuna se deva ao favor, quando, na realidade, se expande como autêntica expressão do sistema. Na constatação dos fatos não vai implícito nenhum juízo de valor, nem a corrupção de um regime com uma camada econômica. A raiz não se revela nas censuras moralizantes, senão que suga a seiva de um dissídio histórico, desde quando o Estado se autonomiza, em tempo distante, adulterando e vedando os condutos renovadores que partem de baixo, desdenhada esta contribuição porque o povo era analfabeto, depois por pobre e incapaz de independência para opinar e votar. (FAORO, 2001, p. [863?]).

De acordo com Gorender (1998), Getúlio Vargas, para financiar o Estado Novo, investiu no capital de curto prazo, isto é, Vargas visava lucros rápidos. Para isso, já em 1937, deu-se início à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Desse modo, por força do capital privado, o Estado passou a atuar de modo abrangente na esfera econômica.

Nos anos 40, teve início a atuação empresarial do Estado no âmbito da moderna indústria de base. Surgiram a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional Alcalis e a Fábrica Nacional de Motores (FNM). A industrialização nacional ingressava, decididamente, numa etapa mais alta. (GORENDER, 1998, p.72).

Nessa mesma linha de pensamento, D’Araujo (2017, p. 28-29) testifica a atuação modernizadora do Estado Novo:

Na área administrativa, em julho de 1938 foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), que recebeu poderes para racionalizar a administração federal. Na área econômica, entre as instituições e conselhos criados no período, podem-se citar, em 1938, o Instituto Nacional do Mate (13 de abril), o Conselho Nacional do Petróleo (29 de abril) e o Conselho Nacional de Imigração e Colonização (4 de maio). Em 1939, ano em que o Conselho Federal de Comércio Exterior foi reorganizado, assumindo as funções de órgão central de coordenação econômica, foram criados o Instituto de Resseguros do Brasil (3 de abril), o Conselho de Águas e Energia Elétrica (18 de março) e a Comissão da Defesa da Economia Nacional (29 de setembro); em 1940, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (4 de março) e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (3 de outubro); em 1941, o Instituto Nacional do Pinho (19 de março). Finalmente, tendo em vista a implantação de uma indústria de base no país, o governo passou a constituir diretamente grandes empresas estatais: a Companhia Siderúrgica Nacional (abril de 1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1º de junho de 1942), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (3 de outubro de 1945).

Nesse sentido, o Estado Novo significou apenas uma etapa em que as elites burguesas se locupletaram por meio do poder, em obediência a um Estado forte e autoritário, que manteve de forma submissa às classes subalternas. Assim, a forte atuação do Estado paralisou os conflitos, permitindo que a classe industrial estabelecesse os meios necessários para a expansão das suas atividades produtivas (GARCIA, 2005).

No entanto, para Fernandes (1976, p. 209), as elites burguesas que se beneficiaram durante o Estado Novo não foram as classes industriais ou médias, mas sim as oligarquias tradicionais e modernas que se constituíram numa *nova aristocracia*:

[...] nesse entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos *altos negócios*, comerciais-financeiros, mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. Cedendo terreno ao radicalismo dos setores

intermediários e à insatisfação dos círculos industriais, ela praticamente ditou a solução dos conflitos a longo prazo, pois não só resguardou seus interesses materiais “tradicionalis” ou “modernos”, apesar de todas as mudanças, como transferiu para os demais parceiros o seu modo de ver e de praticar tanto as regras quanto o estilo do jogo. Depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo, o Governo Dutra e, especialmente, a “revolução institucional” (sem que se ofuscassem nos entreatos). [...] poderíamos dizer que se constitui uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) – e não as classes médias ou industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil.

Dessa forma, na visão de Garcia (2005), o Estado Novo correspondeu ao processo de mudança pelo qual passou a sociedade brasileira no início do século XX. Esse processo de mudança compreende um momento político, social e econômico em que se desenvolveu desde a abolição da escravidão até hoje, portanto, esse processo configura-se pela expansão do capitalismo e suas vertentes políticas e ideológicas.

### **3.4 O Paternalismo**

Getúlio Vargas foi o primeiro presidente na história do Brasil a reconhecer o valor participativo dos trabalhadores na política nacional. Nos seus discursos, Vargas convocou-os a participar dos sindicatos criados pelo Estado; conclamava-os a que evitassem conflitos de classe e, também, que atuassem em conciliação para o bem de todos. Em suma, nos seus discursos de rádio, Vargas dizia que somente uma centralização do Estado poderia combater a “subversão estrangeira”, promover a industrialização e favorecer a todos por meio da justiça social (WOLFE, [1994?]).

Antes disso, na zona rural, muitos dos trabalhadores encontravam-se marginalizados nas fazendas. O baixo nível educacional e a opressão exercidos pelo coronelismo dificultavam qualquer forma de emancipação da consciência e de organização reivindicatória. Nesse mesmo contexto, os trabalhadores urbanos, sobretudo os imigrantes, viviam em situações precárias. Além disso, eles tinham baixos salários, horas de trabalho ilimitadas, rígida disciplina de trabalho, castigos corporais, multas; sem direito a férias remuneradas e repouso nos finais de semana, sem direito à proteção ao trabalho das mulheres e das crianças. Desse modo, os trabalhadores se viam completamente marginalizados na sociedade, em que suas reivindicações sociais, políticas e econômicas eram duramente negadas (GARCIA, 2005).

[...] a investida estatal revestiria a figura do trabalhador nacional com a roupagem do cidadão, em oposição ao estereótipo do malfeitor de rua – fosse este alguém perseguido pela pecha de vadiagem, de malandro ou de grevista. Da perspectiva do Estado Novo, essa incorporação se daria com a outorga de benefícios enquanto dádiva, buscando, ainda, uma participação ativa do operariado e um conhecimento dos direitos que a lei lhe facultava. Aqui percebemos uma importante inflexão: não mais a desaprovação ou a limitação da cidadania [...]. (FORTES e NEGRO, 2007, p. 191).

A estratégia do Estado Novo em promover a política trabalhista pode ser observada sob o prisma da construção simbólica de Vargas como protetor dos trabalhadores e das iniciativas materiais. Na construção da imagem de Getúlio Vargas, foram empregados recursos massivos dos meios de comunicação e várias cerimônias. Pontificam-se a de 1º de maio de 1939, no estádio São Januário, no Rio de Janeiro; e a de 1944, no estádio do Pacaembu, em São Paulo. “Trabalhadores do Brasil” – este era o início dos famosos discursos proferidos por Getúlio Vargas às massas que aguardavam por alguma benesse social (FAUSTO, 1995).

Quanto às iniciativas materiais, a legislação de Vargas inspirou-se na *Carta Del Lavoro* da Itália Fascista. Foi adotado na Constituição de 1937, o princípio da unidade sindical e a proibição da greve patronal. Além disso, para resolver as questões trabalhistas, foi organizado, em maio de 1939, a Justiça do Trabalho, e, em junho de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (FAUSTO, 1995).

Conforme Wolfe ([1994?] p. 34), Getúlio Vargas promoveu grandes causas, políticas e sociais, para os trabalhadores, em troca de apoio e fidelidade ao seu governo:

Vargas usou seu poder durante o Estado Novo (1939-1945) para elaborar seus posicionamentos políticos e sociais, proclamando como as condições de trabalho do operariado melhorariam e como lhes seria dado um maior acesso à justiça social através da intervenção do Estado, como recompensa a seu apoio – como um todo – àquele Estado. Presumia-se que os trabalhadores participassem da política através de sindicatos com patrocínio estatal. De acordo com o Ministério do Trabalho, “uniões de trabalhadores no Estado Novo tinham uma função representativa dual, na medida em que agiam de acordo com as velhas regras de associações profissionais e eram [também] instituídos como corporações com deveres representativos do Estado”. Os sindicatos deviam atuar como “escolas de unidades e disciplina”. Vargas garantiu publicamente à classe trabalhadora que elas seriam beneficiadas com a jornada de 8 horas diárias e serviços sociais mantidos pelo Estado se rejeitassem “dogmas exóticos e subversivos” e os substituíssem por apoio a seu governo. Prometeu, também, criar um salário mínimo, ao qual denominou “imposição da justiça social”.

Ainda mais, o Estado Novo vai promover uma grande inovação para a população: a Lei do Salário Mínimo. Nesse sentido, conforme as palavras de Vargas num célebre discurso aos trabalhadores ([1938?], p. 203-204):

[...] a Lei do Salário Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha. Como sabeis, em nosso país, o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas necessidades. (*Muito bem!*). No momento em que se providencia para que todos os trabalhadores brasileiros tenham casa barata, isentados dos impostos de transmissão, torna-se necessário, ao mesmo tempo, que, pelo trabalho, se lhes garanta a casa, a subsistência, o vestuário, a educação dos filhos. (*Muito bem; paumas prolongadas*).

Assim, para Skidmore (1982), isso, no entanto, era apenas uma estratégia usada por Getúlio Vargas para criar uma nova base política, como forma de aglutinar o espectro político da esquerda. Vargas, então, cria a previdência social, isto é, a assistência médica, as pensões e as aposentadorias à classe proletária. De maneira que com estes programas, Vargas visa ganhar a confiança da população ao seu governo paternalista. Portanto, essa estratégia ficou conhecida como o “trabalhismo” de Vargas. Ademais, os sindicatos eram controlados fortemente pelo Ministério do Trabalho e eram uma forte influência na economia urbana e na cooptação dos adversários em clientes públicos.

### 3.5 O Autoritarismo

Em contraste com o movimento fascista europeu, Getúlio Vargas não chegou a formar nenhum movimento político para sustentar seu regime autoritário. Na verdade, não havia qualquer partido ou movimento do Estado Novo. Este, por sua vez, na sua forma pura, que vai de 1937-1943, representou um abismo na política partidária do Brasil. Desse modo, todos os movimentos políticos, de alguma forma, foram duramente reprimidos e eliminados, sobretudo, os comunistas e os radicais de esquerda (SKIDMORE, 1982).

Conforme Ribeiro (2008), o medo da “ameaça comunista” era tanto, que o presidente Getúlio Vargas chegou até a assinar uma lei contra a ameaça do comunismo. Essa lei visava eliminar a ideologia comunista e seus adeptos, inclusive, fisicamente.

[...] a Nação brasileira estava sob o risco de perder a soberania para o Estado estrangeiro, ou seja, a URSS (art. 122, letra “a”). O governo brasileiro poderia sofrer atentado sob o mando da URSS ou do Partido Comunista, com risco de mudança da ordem política e social (art. 122, letra “b e d”). Caso tentassem

desmembrar o território nacional, poderia ser montada uma operação de guerra (art. 122, letra “c”). O receio era que fosse estabelecido no Brasil, o comunismo e, conseqüentemente, a ditadura do proletariado (art. 122, letra “f”). Qualquer insurreição, ainda que sem armas (guardada em depósito), poderia ser punida com pena de morte (art. 122, letra “f”). Para o governo, certos atos poderiam provocar uma guerra e, numa ação preventiva e punitiva, seus agentes deveriam ser punidos com a pena de morte (art. 122, letra “g”) [...]. (RIBEIRO, 2008, p.175).

No entanto, essa lei nunca chegou a ser aplicada. Foi substituída pela Lei de Segurança Nacional que não previa, em seu bojo, dispositivos à pena de morte (RIBEIRO, 2008). Mas, mesmo assim, foi suficiente para calar vozes dissonantes. De acordo com Fausto (1995, p. 376):

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio, intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço: católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas disfarçados ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia. [...].

As vítimas da repressão não foram poucas. Ela já mostrara suas garras a partir de 1935 e a Carta de 1937 conferiu-lhe legalidade. Nas masmorras do Estado Novo muitos permaneceram presos e muitos foram torturados. Os revolucionários de 1935 foram torturados e receberam penas altas. Muitos foram espancados, tiveram seus corpos queimados. A mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes, Olga Benário, foi entregue aos alemães e acabou morrendo num campo de concentração. (CAPELATO, 2007, p. 131).

Além de tudo isso, os opositores do governo eram dados como subversivos e inimigos da nação, mesmo aqueles que ousassem criticar ou apresentar conceitos diferentes à governabilidade do Estado Novo. Tais idéias ou manifestações eram ferrenhamente proibidas, tendo em vista que poderiam levar, segundo as autoridades, à desordem. Assim, as idéias políticas dos comunistas, integralistas e liberais democratas deveriam ser reprimidas e eliminadas, radicalmente, a qualquer custo (PACHECO, 2010).

Nesse sentido, a censura instaurada pelo Estado Novo, como forma de barrar as idéias consideradas perigosas, fez com que muitas livrarias, editoras, livros e autores fossem censurados, o que causou grandes prejuízos ao mercado livreiro. Em 1938, em entrevista, José Olympio falou a respeito do problema: “O que tem causado um enfraquecimento no mercado é a apreensão de livros em todo o território nacional, sem que na maioria das vezes obedeça a um critério justificável”. (HALLEWELL, 2012, p. 504).

O “critério” poderia, certamente, ser a linguagem franca, ou o erotismo no tema ou no tratamento, tanto quanto a inaceitabilidade política. Além disso, os estados – até mesmo São Paulo – sofreram muito mais do que o Rio de Janeiro. Jorge Amado, em seu livro *Vida de Luís Carlos Prestes*, nos dá o seguinte inventário de livros apreendidos na Bahia por ordem do coronel Antônio Fernandes Dantas, comandante da 6ª Região Militar, em 19 de Novembro de 1937, nas livrarias Editora Bahiana, Catilina e Sousândrade, e queimados em público por divulgarem idéias simpáticas ao comunismo: 808 exemplares de *Capitães de Areia*, 223 de *Mar Morto*, 89 de *Cacau*, 93 de *Suor*, 214 de *O País do Carnaval*, quinze de *Doidinho*, 26 de *Pureza*, treze de *Banguê*, quatro de *Moleque Ricardo*, catorze de *Menino de Engenho*, 23 de *Educação para a Democracia*, seis de *Ídolos Tombados*, dois de *Ideias, Homens e Fatos*, dois de *Dr. Geraldo*, quatro de *O Nacional-Socialismo Germânico* e um exemplar de *Miséria Através da Polícia*.

Nem os livros infantis escapavam. As obras de Monteiro Lobato foram queimadas arbitrariamente e *As Aventuras de Tom Sawyer*, de Mark Twain, foi julgada tão perigosamente subversiva que, não satisfeito em confiscar a edição, o governo prendeu Cecília Meireles por tê-la traduzido. (HALLEWELL, 2012, p. 504-505).

Além da apreensão de livros considerados subversivos à ordem social, o Estado Novo não poupou esforços para prender seus autores. A prisão de autores com idéias comunistas começou bem antes do Estado Novo. Autores como Jorge Amado foi preso duas vezes, em 1935 e 1937, o antropólogo Nunes Pereira em 1937, Graciliano Ramos em 1936, as autoras Eneida de Moraes e Raquel de Queiroz em 1936, o ilustrador Tomás Santa Rosa em 1936, inclusive Gilberto Freyre em 1942, considerado moderado pelo regime, todos eles ainda tiveram seus livros queimados. Ademais, outras figuras foram perseguidas, mas por sorte não foram presas, como: José Lins do Rego, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, até o próprio biógrafo de Vargas, André Carrazoni (HALLEWELL, 2012).

É certo que, de acordo com Garcia (1999, p. 66-67), fazia-se necessário, por meio da censura, a garantia da unidade social:

O Estado Novo lograva assegurar a unidade da sociedade brasileira garantindo a coesão das classes dominantes e a submissão das subalternas. Ficavam assim neutralizadas as tensões e conflitos resultantes das transformações sociais. As oligarquias agrárias e a burguesia industrial, já que beneficiadas pelas diversas medidas, não chegaram a exercer oposição significativa ao Estado Novo e se mantiveram alheias a quaisquer formas de lutas políticas. As classes médias, com a impossibilidade de criação de partidos e a constante ameaça de repressão, não tinham condições de se organizar nem de se opor. A ampliação das oportunidades de trabalho, com a multiplicação dos órgãos estatais e a diversificação do setor urbano-industrial, também constituíam um anestésico à sua eventual força de luta. A ameaça de repressão, o controle dos sindicatos e a propaganda intensa impossibilitavam qualquer movimentação política dos operários que, salvo poucas exceções, se mantinham passivos.

De acordo com Fausto (1995, p. 376), para manter a ordem e o controle da movimentação política no país, o Estado Novo vai criar o mais repressivo órgão de censura: o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que vai atuar ostensivamente nas mais variadas esferas da sociedade:

[...] o Estado Novo constituiu um verdadeiro ministério da propaganda (o famoso DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda), diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes. O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”; agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”; dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo. (FAUSTO, 1995, p. 376).

A seguir, Getúlio Vargas, nas suas próprias palavras, expõe os motivos de ter criado o DIP:

Em 1940, e não em 1937, eu criei o Departamento de Imprensa e Propaganda, para controlar e acompanhar de perto a infiltração estrangeira no Brasil. Atuavam então em nosso país a United Press e a Associated Press. A Havas, francesa, estava controlada pelos alemães. A Havas era a agência de maior irradiação no Brasil e distribuía os serviços de todas as agências europeias, inclusive a Reuter<sic>. Ao lado da Havas, a Transocean, diretamente alemã, cobria todo o território, bloqueando a United... A Havas e a Transocean distribuía o serviço telegráfico nacional. Tinham um excepcional poder de ação interna. Vários jornais em língua alemã, italiana e japonesa infestavam as zonas povoadas por núcleos de origem destes povos. A propaganda britânica também se intensificou. Mas eu não devia resolver os nossos problemas de acordo com as conveniências da propaganda internacional, e, sim, na base das conveniências do Brasil e da América. (VARGAS, 1949, p. 82-83 apud AGUIAR; LISBOA, 2017, p. 6).

A imprensa, muito embora, sob o controle de Vargas, mesmo antes do golpe de 37, nunca fora simpática e amistosa ao Estado Novo. Por causa disso, Vargas mandou criar o jornal chamado de “*A Manhã*”, em 1941, para ser o porta-voz do governo. Além disso, Vargas usa da força do Estado para expropriar o Jornal “*O Estado de S. Paulo*” (sob intervenção do DIP), e no Rio de Janeiro, o jornal “*A Noite*” e a “*Rádio Nacional*”. Assim, sob a coerção do Estado, as empresas de comunicação que se mostravam simpáticas ao governo eram favorecidas com empréstimos e verbas públicas, e também, a isenção de impostos na importação de papel (MARTINS; LUCA, 2012).

Para Carneiro (2008), o Estado Novo utilizou-se da propaganda oficial para se contrapor à propaganda do comunismo, esta foi criada pelos ideólogos revolucionários de esquerda, como forma de resistência ao regime repressor e autoritário. A propaganda do Estado Novo refletia-se no mesmo modelo europeu de viés nazi-fascista e, portanto, apelava para um discurso violento e hipnótico, em que prometia um mundo melhor, entende-se “purificado”, e livre de pessoas indesejáveis.

A censura rigorosa e persistente cuidou de fazer vingar imagens idealizadas de Nação e de Salvador propagadas através de um conjunto de valores e símbolos. Forçando a auto-censura, os órgãos de controle do pensamento – o DIP e o DOPS – procuravam inibir qualquer tipo de manifestação espontânea e, principalmente aquelas que pudessem instigar o espírito crítico, ameaçador da homogeneidade e equilíbrio idealizados pelo regime. Os liberais despontavam como “negligentes” no cenário nacional; e, se estrangeiros, acumulavam estigmas como “indesejáveis” tendo em conta sua nacionalidade, raça ou religião. Citamos aqui o caso dos judeus imigrantes ou refugiados do nazi-fascismo que, entre 1937-1948, foram tratados como indesejáveis por serem classificados como da “raça semita” e, com tendências para o comunismo e ações de desordem política. (CARNEIRO, 2008, p. 149-150).

Assim, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o Estado Novo começou a ruir-se paulatinamente. Devido à entrada dos Estados Unidos, em 1941 na guerra, e a vitória iminente dos aliados (inclusive o Brasil fazendo parte) contra o nazi-fascismo, todo o símbolo do Estado autoritário no Brasil passou a não mais fazer sentido, sobretudo, sendo até contraditório. De fato, a participação do Brasil na Segunda Guerra foi o início dessa mudança. A imprensa, por sua vez, foi lentamente tendo mais liberdade para se manifestar. Com isso, os jornais, em sua maioria, aproveitaram o ensejo para criticar e combater o nazi-fascismo, inclusive, o próprio Estado Novo, o qual tinha forte semelhança (SODRÉ, 1999). Já em 1945, com o término da Segunda Guerra, Getúlio Vargas reconheceu que o Estado Novo tinha chegado ao fim (D’ARAUJO, 2017).

### **3.6 O Nacionalismo**

De acordo com Carneiro (2008, p.149), Getúlio Vargas se inspirou no modelo de nacionalismo fascista, pôs em prática e aperfeiçoou, ao seu modo, o Estado Novo. Para isso, desde o início, obteve a colaboração de vários intelectuais, sobretudo, católicos e anticomunistas. Esses intelectuais foram de suma importância, uma vez que se voltavam para as causas nacionalistas, semelhantes às dos regimes totalitários europeus em ascensão. Dito de

outro modo, os intelectuais brasileiros tinham certo fascínio pelo nazi-fascismo. Dentre eles, destacam-se: Francisco Campos, Filinto Müller, Agamenon Magalhães, Oliveira Vianna, Gustavo Barroso e Lourival Fontes.

A partir de 1938, sempre empenhado em cultivar o vínculo com as forças armadas, principal sustentáculo do governo, Vargas deu início a um programa de propaganda política e de festas cívicas de modo a engrandecer seu nome e fortalecer o espírito de nacionalidade. Tal tarefa, assim como a censura à imprensa escrita e falada, cabia ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que, em dezembro de 1939, daria lugar ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No plano externo, a despeito de alguns poucos desentendimentos, eram evidentes as simpatias dentro do governo em relação aos governos da Alemanha e Itália. (D'ARAUJO, 2017, p. 28).

Getúlio Vargas procurou enaltecer e fortalecer o discurso nacionalista do Estado Novo com o intuito de criar uma nova ordem social. Buscava-se, com isso, o renascimento de todos os valores do povo brasileiro e de suas energias. Essa nova ordem social do país, chamada de “Cultura Política”, foi o trabalho duro dos ideólogos em gravar o novo regime na história do país, portanto, considerado um verdadeiro milagre (FUSCO, 1941 apud COSTA, 2009).

De acordo com Gomes (1998), o espírito nacional de um país podia ser encontrado ou criado nos costumes da tradição, da religião, da raça, da língua e da memória do passado<sup>6</sup> do povo. A idéia plena de uma ambigüidade constitutiva da ordem social e da política, sobre o equilíbrio entre forças dirigentes e dirigidas, da causa e do produto, fazia parte da construção do Estado Novo. Desse modo, toda a política após 1937 foi uma reação ao “materialismo”<sup>7</sup> anterior, que romantizava o futuro, hipervalorizava o presente e condenava o passado.

Nesse sentido, a busca da raiz brasileira e da cultura popular ganha principal destaque para o Estado Novo:

[...] O Estado mostra-se mais preocupado em converter a cultura em instrumento de doutrinação do que propriamente de pesquisa e de reflexão. Assim, a busca da brasilidade vai desembocar na consagração da tradição, dos símbolos e heróis nacionais. Temos, então, a história dos grandes vultos, das grandes efemérides, do Brasil "impávido colosso". As personalidades de Caxias e Tiradentes são apontadas como exemplos luminosos, onde o país deve buscar inspiração e força para superar a crise da modernidade. Assim sendo, a visão crítica da cultura, apontada por algumas correntes

<sup>6</sup> A recuperação do passado histórico passaria a integrar um verdadeiro rol de comemorações, acontecimentos, mortes, nascimentos dos mais variados vultos históricos e instituições do Brasil. GOMES, 1998, p. 132.

<sup>7</sup> O liberalismo aparece como a corporificação desse mal (caos, desordem e desajuste), isto é, como um verdadeiro desastre para a nacionalidade brasileira. Portanto, os doutrinadores do regime justificam todos os males que sobrevieram ao país por causa da prática liberal. VELLOSO, 2007, p. 154.

modernistas, vai ser substituída pelo ufanismo. [...]. (VELLOSO, 1987, p. 44).

Nessa perspectiva, segundo Pinto (2011, p. 43):

Dentro deste universo simbólico de crenças comuns que o governo estadonovista trabalhou com grande zelo, um dos elementos foi a Bandeira Nacional. Muitas foram as obras didáticas, ora ditas cartilhas, livros, enfim, materiais que tinham por objetivo educar a infância brasileira que largamente utilizaram a tópica da bandeira nacional como um semióforo.

Além disso, a educação do povo para a sua integração ao Estado Novo tinha o dever com o trabalho e com a política. Os ideólogos nacionalistas tinham a educação e o trabalho como o caminho para a modernidade e o bem-estar da população. Portanto, seria fundamental que a população não desanimasse, que o futuro próspero a recompensaria (PRADO, 2001, p.16).

Além disso, conforme Silva (1992, p. 20):

A área da educação não ficaria isenta do dirigismo estatal. Comentando a criação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Joaquim Falcão afirma que este não foi um ato isolado, mas uma medida que se inseria no "processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país". Durante a década de 1930, além do SPHAN, foram criados a radiodifusão educativa, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro, o cinema educativo e o Instituto Nacional do Livro, entre outras instituições, com o objetivo de dar ao governo o sustentáculo institucional de que o Estado necessitava para tornar realidade o projeto de construção da nacionalidade brasileira.

De acordo com Fausto (1995) e o CPDOC/FGV (c2009), observa-se que o Estado Novo promoveu a educação técnico-profissional como forma de desenvolver a industrialização do país. Para tanto, criou em 1942 a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a Lei Orgânica do Ensino Comercial em 1943, também criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tudo isso sob a direção do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com o objetivo de melhorar a qualificação profissional dos jovens operários. Assim, "Em 9 de abril de 1942, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Secundário<sup>8</sup>, instituindo um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo

---

<sup>8</sup> A reforma de 1942 tinha nítidos objetivos patrióticos. Procurava formar a consciência dos alunos secundaristas através dos estudos dos grandes vultos nacionais e acontecimentos do passado. Com isso almejava formar uma ampla base de responsabilidade sócio-histórica e de compreensão cívico-patriótica. GOMES, 1998, p. 139.

ciclo de três anos, que podia ser o curso clássico ou o científico” [...]. (CPDOC/FGV, c2009 [não paginado]).

Nesse contexto, segundo Hallewell (2012, p. 408):

Em 1940, o número de crianças na escola secundária havia duplicado (para 170 mil) e, ao final da Segunda Guerra Mundial, já chegava a um quarto de milhão. Uma aceleração tão rápida da taxa de crescimento apresentava inquietantes implicações sociais; o receio dessas conseqüências talvez tenha suscitado uma reação conservadora. Em abril de 1942, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, produziu uma completa reviravolta no ensino secundário, que perduraria até 1961: a reforma que leva seu nome [Reforma Capanema]. Como tantas coisas, ao tempo do Estado Novo, foram moldadas na Itália de Mussolini, ela seguia de perto a Reforma Gentile introduzida naquele país, vinte anos antes, enfatizando as disciplinas tradicionais e uma abordagem elitista.

Getúlio Vargas ([1938?], p. 105-106) demonstra preocupação no que se refere à educação da população, ele afirma o quão urgente era reduzir o analfabetismo assim como preparar o jovem para atividade profissional:

[...] O volume de iletrados constitui obstáculo ponderável, tanto ao aparelhamento institucional, como para o desenvolvimento das atividades produtivas. É preciso reduzi-lo rapidamente, e nessa campanha devem empenhar-se todos, em estreita cooperação com o Estado. O preparo profissional constitui outro aspecto urgente do problema, e foi igualmente considerado nas responsabilidades do novo regime. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o Governo para formar os técnicos de que tanto carecemos.

Em seguida, numa entrevista, Vargas ([1940?], p. 155-156) esclarece a importância da educação dos jovens para o Estado Novo:

-Há alguns dias, vi desfilar perante a V. Exa. a mocidade. Quais os sentimentos, Sr. Presidente, que animam V. Exa. olhando para êsses meninos e essas meninas na flôr da idade, que representam, certamente, o futuro do Brasil?

-O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo. Guardando as aspirações do passado e construindo a ordem e o progresso atual, é para a grandeza do futuro que volta as suas vistas. As novas gerações terão papel decisivo a desempenhar, pois o muito que já somos é ainda bem pouco diante do que poderemos ser, com as nossas imensas possibilidades. É necessário formar nessas crianças e nestes adolescentes a mentalidade capaz de levar o país aos seus destinos, mas conservando os traços fundamentais da nossa fisionomia histórica, com o espírito tradicional da nacionalidade, que o regime instituído é o único apto a cultivar na sua verdade. A essa necessidade correspondem os artigos da nova

Constituição sobre a matéria educativa, orientando-a no sentido essencialmente cívico e nacionalista.

Assim, para D'Araujo (2000), o Estado Novo viu na educação dos jovens como uma forma de protegê-los contra as influências externas, com isso, em 1938 e 1939, nacionalizou o ensino. Por consequência disso, ficou proibido o ensino em línguas estrangeiras no país. Além disso, somente os brasileiros podiam ser donos de escolas, como também, só era permitido o uso da língua portuguesa. Com essas medidas restritivas, o governo Vargas visava atingir os povos imigrantes: alemães, japoneses, italianos entre outros. Assim, para o governo nacionalista de Vargas, esses povos poderiam representar os interesses de seus países no território nacional.

Nesse contexto, de acordo com decreto-lei nº 383 (1938, [não paginado]), era proibido aos estrangeiros:

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, aloções, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Art. 4º As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Para Ferreira (2008, p. 22-23), observa-se que

Ao uniformizar o ensino oficial e particular, o Estado pretendia padronizar comportamentos, atividades e interesses da juventude brasileira. O

conhecimento do idioma, noções básicas de Geografia e História da Pátria, arte popular e folclore, formação cívica, moral e a consciência do bem coletivo sobreposto ao individual seriam a base da formação do cidadão político. Os grupos sociais teriam acesso a conhecimentos gerais e específicos, cada qual desempenhando funções que garantissem a unidade do todo, não havia, portanto, espaço para convivência com meios culturais diversificados oriundos de núcleos estrangeiros e tampouco para diversidade regional do país. A identidade nacional era entendida como algo que dependia da construção de certas práticas disciplinares, introjetando no cotidiano dos cidadãos uma consciência de vida cívica e comum.

Portanto, além dos intelectuais nacionalistas católicos, também, conforme D'Araujo (2000), a política cultural e a educação do Estado Novo foram desenvolvidas por muitos intelectuais de esquerda brasileiros. Porém, isso causava até certa ambigüidade por parte do governo, haja vista que Getúlio Vargas se mostrava contundentemente contra o comunismo. Muitos dos intelectuais eram de renome nacional, como: Gustavo Capanema, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos e outros. A busca da nacionalidade, da identidade brasileira, animava a classe letrada desde a Semana de Arte Moderna de 1922. Assim, “[...] Os intelectuais são eleitos pelo Estado, como intérpretes da vida social, ou seja, são vistos como os intermediários entre o Estado e a sociedade” [...]. (ARAÚJO, 2002, p. 20).

## 4 A ATUAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL) DURANTE O PERÍODO AUTORITÁRIO DO ESTADO NOVO (1937-1945)

### 4.1 A Seção da Enciclopédia e do Dicionário

A missão de organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional* foi uma das principais causas defendidas pelo Instituto Nacional do Livro. Antes, essa missão estava destinada ao Instituto Cairú, posteriormente transformado no Instituto Nacional do Livro (INL) (DECRETO-LEI Nº 93, 1937). Segundo Tavares (2016), o Instituto Cairú foi criado em janeiro de 1937 com o objetivo de proteger o patrimônio bibliográfico nacional e elaborar a *Enciclopédia Brasileira*. Além disso, Augusto Magne elaborou planos para a criação do *Dicionário*, de maneira que “[...] para se atingir a civilidade era necessário a educação e o aprendizado das línguas. Vem justamente daí a importância da publicação de obras de peso da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário*”. (TAVARES, 2016, p. 32).

Nessa perspectiva, de acordo com o decreto-lei de criação do INL nº 93 de 21 de dezembro (1937 [não paginado] [grifo nosso]):

Art. 1º O Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do livro.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Livro terá a sede de seus Trabalhos no edifício da Biblioteca Nacional.

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro:

- a)* organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b)* editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c)* promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d)* incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Art. 3º O Instituto Nacional do Livro será superintendido por um diretor nomeado em comissão, com os vencimentos equivalentes ao padrão N.

Art. 4º O Instituto Nacional do Livro terá, além dos serviços gerais de administração, três seções técnicas e um Conselho de Orientação.

Art. 5º As três seções técnicas se denominarão **Seção de Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas**, cabendo à primeira as funções da letra a, à segunda as funções das letras b e c e à terceira as funções da letra d, do art. 2º dêste decreto-lei.

§ 1º Cada seção será dirigida por um chefe.

[...].

Art. 6º Ao Conselho de Orientação caberá elaborar o plano de organização da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional, bem como dar parecer sobre as medidas que devam ser tomadas para que os objetivos do Instituto Nacional do Livro sejam conseguidos.

[...].

§ 2º A função de membro do Conselho de Orientação será gratuita e constituirá serviço público relevante.

[...].

Art. 6º As publicações do Instituto Nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a êle filiadas, mas se colocarão à venda em todo o país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo.

[...].

Desse modo, para Silva (1992), certamente o INL vislumbrava atribuições muito mais ambiciosas do que as do antigo Instituto Cairú, tendo em vista que se fazia necessário para o Estado Novo a busca de uma identidade genuinamente nacional. De maneira que Getúlio Vargas incumbiu ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o grande desafio de elaborar, simultaneamente, uma enciclopédia e um dicionário brasileiro, de forma que condensassem toda a cultura nacional e, sobretudo, “[...] dotar o país de uma obra voltada também aos interesses [...] de educar a população [...]”. (TAVARES, 2016, p. 31).

Conforme Hallewell (2012, p. 435-436):

[...] Vargas, ao tornar-se ditador, decidiu dar mostra da necessária e paternal preocupação com a cultura nacional. Inspirado na magnífica enciclopédia italiana Treccani, então recém-completada no governo de Mussolini, e que já servira de modelo para empreendimento semelhante no Portugal de Salazar. [Vargas] Sonhou com uma enciclopédia e um dicionário nacional iguais para o Brasil. Contudo, a tarefa foi planejada em escala por demais ambiciosa e jamais recebeu os recursos apropriados; assim, permaneceu inacabada por sessenta anos. [...].

Nesse mesmo ponto de vista, Tavares complementa (2016, p. 45):

[...] a Enciclopédia Brasileira seguiria o modelo italiano tanto no que se refere à organização técnica destinada a solucionar as questões tipográficas e editoriais; quanto à cultural que englobava a literatura, a história e a vinculação ao centro de estudos localizados em Roma; e por fim, à financeira que esteve atrelada a criação de um fundo necessário que financiasse a publicação.

Assim, com a grande necessidade da busca de uma identidade brasileira, o Estado Novo, por meio do INL, passou a atuar de forma sistemática e abrangente no campo cultural e educacional. Tavares (2016) diz que com a função de atender aos objetivos extracurriculares contidos no Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>9</sup>, o INL passou então a atuar nas demandas de

---

<sup>9</sup> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional, redigido em 1932, durante a IV Conferência de Educação Nacional (conhecido como Movimento Escola Nova), tinha como objetivo propor a ação direta do Estado na educação brasileira, instituindo a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a co-educação e a

políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas. De acordo com a Constituição de 1934, a educação deveria ser realizada pela família, instituições privadas ou poderes públicos. Além disso, estabelecia-se a necessidade de criação de bibliotecas públicas, publicações de livros, revistas, remessas de publicações culturais e, também, a fundação de cursos de biblioteconomia pelo país. Assim, a criação do INL justifica-se em dois objetivos principais: editar a enciclopédia brasileira e desenvolver a educação extracurricular da população.

Segundo Oliveira (1994), a criação do INL justificou-se pelas necessidades políticas, ideológicas e econômicas do Estado Novo. De maneira que o Estado buscava construir uma identidade nacional, para isso o INL vai promover o livro como o seu principal produto de transformação cultural e de estabilidade social. Na esfera econômica vai estimular a criação de várias bibliotecas públicas e também a edição de obras importantes para a cultura nacional, tudo isso como forma de expandir o mercado editorial no país.

Conforme o documento “Plano de Divulgação de Obras para o Instituto Nacional do Livro” de 25 de julho de 1938:

[...] integrando-se no objetivo educacional do Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Nacional do Livro dará aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, das utilidades conseguidas e dos ideais mais nobres. Em síntese, tudo isto é a glória de viver, pelo desejo de fazer a própria vida, como ideal individual. E como ideal coletivo, são os alicerces da integridade do Brasil, elevando-o à perfeição do dinamismo nacional, pela glória de seu organismo político, onde se encontre o expressivo desenrolar da mais rija e sublime atualidade da construção e da educação brasileira. [...] A publicidade será ativa em volta da nacionalização do livro. [...] Este deve visar o culto à linguagem brasileira, à formação do caráter individual, cultura geral, além do conhecimento perfeito do Brasil e do povo. (ARQUIVOS do CPDOC, GCg 34.09.07/1 apud ARAÚJO, 2002, p. 34 [grifo nosso]).

Desse modo, para Oiticica (1997), o INL entrava de vez no campo editorial combinando três formas para o livro: o *Dicionário*, a *Enciclopédia* e a *Antologia*. Para isso o Estado Novo conferiu-lhe autoridade intelectual aos textos escolhidos para edição, reedição e publicação sob a responsabilidade das duas seções: a Seção da Enciclopédia e do Dicionário e a Seção das Publicações, as quais eram chefiadas pelos respectivos intelectuais: Américo Facó e Sérgio Buarque de Holanda.

---

elaboração de um Plano Nacional de Educação. Foi elaborado por Fernando de Azevedo e contou com o aval de diversos educadores da época. Esse manifesto foi uma maneira de se opor aos defensores da escola tradicional, defendida pelos católicos, tendo como o seu porta voz, Alceu Amoroso Lima. A Igreja Católica era responsável pela quase totalidade das escolas privadas no país, desde o tempo da Colônia, e via como ameaça a seu poder de influência a subordinação da educação ao Estado. FERREIRA, 2008, p. 27.

Segundo Silva (1992), com a nomeação de Américo Facó para ser o chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário, o Ministro Gustavo Capanema não poupou esforços em convencer Mário de Andrade para consultor técnico, embora Mário de Andrade estivesse muito relutante em aceitar tal proposta, devido a sua grande complexidade em lidar com pessoas ilustres e cargos de alta projeção. Assim ele diz por que não quis ser chefe da Seção da Enciclopédia e do Dicionário:

Estive refletindo bastante estes dias e percebi definitivamente que não poderia aceitar o cargo de dirigir a Enciclopédia, no Instituto do Livro. As razões que tenho para isso são as mesmas que já lhe dei e a que você respondeu. Não pude verbalmente insistir nelas porque tenho uma espécie de defeito de alma que me põe sempre demasiadamente subalterno diante das pessoas altamente colocadas. Por mais amizade que lhe tenha e liberdade que tome consigo, sempre é certo que diante de você não esqueço nunca o ministro, que me assusta, me diminui e me subalterniza. Isto, aliás, me deixa danado de raiva e esta é a razão por que fujo sempre das altas personalidades. Por carta e de longe, posso me explicar com menos propensão ao consentimento. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. [2?]).

No entanto, Mário acabaria aceitando o cargo, mas como de consultor técnico, mesmo com toda a dificuldade que o cargo poderia lhe oferecer: “Tudo isso está perfeitamente certo, mas nos separa uma distância irreduzível de pontos de vista. As suas razões são razões de ministro, as minhas são razões de homem.” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. [2?]). Assim, o cargo parecia ideal para um modernista que não se dava bem com postos elevados, dando mais importância àqueles que lhe lograssem mais tranquilidade, isolamento e trabalho profundo (SILVA, 1992).

Não se sabe se a relutância de Mário de Andrade em participar do INL foi por causa de questões político-ideológicas. Antes disso, Mário já havia sido demitido duas vezes pelo mesmo governo de Vargas, inclusive pelo Ministro Capanema, como bem explica Oiticica (1997, p.110 [grifo nosso]):

Disponível na Capital da República, onde dirigira o instituto de Artes até o fechamento da Universidade do Distrito Federal (UDF) pelo Estado Novo, o paulista Mário de Andrade é convidado pelo mesmo governo que por duas vezes o desempregara (em São Paulo, pela intervenção de Prestes Maia, no Rio de Janeiro, pelo ato do Ministério da Educação e Saúde) a elaborar o anteprojeto da Enciclopédia Brasileira, qualidade de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro [...]. Destituído da direção do Departamento de Artes do Município, incompatibilizado com parcela da intelectualidade que apoiara a candidatura do escritor José Américo de Almeida àquelas mesmas eleições e, no entanto, tendo escolhido desde a crise dos quarenta anos, como

opção intelectual, uma arte de ação, Mário de Andrade vivia um impasse: o Estado Novo ou o exílio, como alguns colegas do Departamento de Cultura; o Estado Novo ou a clandestinidade, como alguns intelectuais do Partido Comunista e da Aliança Nacional Libertadora tornados ilegais; ou então o Estado Novo ou o Estado Novo, alternativa de ação no interior do aparelho estatal.

Como consultor técnico, Mário de Andrade entrou ativamente na elaboração do projeto da Enciclopédia Brasileira. Ele se dedicou exclusivamente à Enciclopédia, pois achava impossível desempenhar a elaboração do Dicionário, simultaneamente. Em fevereiro de 1940, Mário apresentou o *Anteprojeto do plano básico da Enciclopédia Brasileira* no qual expõe o que pretendia realizar. Para ele, a Enciclopédia deveria atender a todas as camadas sociais, de critério conceptivo geral, objetivo e realista, sem aderir a nenhum viés partidário. Assim, para empreender num ambicioso projeto como a Enciclopédia Brasileira, tinha que ter “corajosa audácia” de sacrificar-se devido às dificuldades de uma obra tão grandiosa que iria abrir caminho (SILVA, 1992).

Segundo Oiticica (1997, p. 128-129), no anteprojeto da Enciclopédia elaborada por Mário constavam as seguintes *subdivisões e tópicos*:

1. verbete-monografia, de caráter prático educativo, sem tamanho definido;
2. verbete de expansão, especificando assuntos do verbete-monografia, em torno de 2 a 6 páginas;
3. verbete ilustrativo, ou de ilustração, de fundo biográfico e histórico, em até 2 páginas;
4. verbete-definição, situando em no máximo 15 linhas a coisa, o nome ou o conceito “dentro da vida cultural humana”.

Seriam atingidos desde o “leitor mediano”, com o verbete-monografia, até os “homens cultos”, com o de expansão, em uma obra de caráter misto que teria, como a **Enciclopédia Britannica**, de 10 a 12 volumes com mil a mil e duzentas páginas cada, e que levasse, como a **italiana**, uns cinco anos para publicar o 1º volume.

Os **tópicos** em que divide seu anteprojeto – *Economia e cultura, Multivalência, Peso nacional, Assuntos e verbetes, Definição e natureza dos verbetes, Um problema psicológico, Outros problemas, Tamanho e Conclusão* – remetem a questões levantadas desde o início do seu percurso intelectual: as de ordem estético-filosófica, pelo “Prefácio interessantíssimo”, e as de ordem técnico-linguística, pela **Gramatiquinha da Fala Brasileira**. [...]. [grifo do autor e nosso].

Mário de Andrade se espelhava nas grandes enciclopédias universais, como a italiana Treccani, citada oito vezes, a inglesa Britannica, citada quatro vezes, a francesa La Grande Encyclopédie, citada três vezes e a alemã Brockhaus, citada uma vez (OITICICA, 1997). Segundo Tavares (2016, p. 65), constavam também no anteprojeto da Enciclopédia, as

*Comissões Lexicográficas* listadas por Mário, que se dividem nas seguintes áreas do conhecimento:

- 1- História Antiga e Moderna
- 2- Artes literárias – Biblioteconomia (Bibliografia)
- 3- Artes musicais – musicologia
- 4- Artes plásticas
- 5- Artes aplicadas e industriais (proletárias)
- 6- Artes militares e náuticas
- 7- História e ciência das Religiões
- 8- Filosofia e Direito
- 9- Economia e Estatística (Indústria e Comércio)
- 10- Geologia, Paleontologia, Arqueologia e Prehistória
- 11- Matemática e Astronomia e Engenharia
- 12- Física e Química
- 13- Biologia, Psicologia e Medicina (Cirurgia)
- 14- História Natural
- 15- Geografia, Antropologia
- 16- Filologia, Etnologia
- 17- Educação, Esporte e Jogos
- 18- História da América e do Brasil
- 19- Linguística e Literatura brasileira
- 20- Varias

Em um momento tão decisivo pelo qual a cultura brasileira passava, a habilidade de Mário de Andrade não estava em constatar essa realidade, mas de atender à demanda de conhecimentos diversos ao regime do Estado Novo. A Enciclopédia não poderia ser tão culta, a ponto de coroar o regime autoritário de Vargas, nem tão popular, que reduzisse a cultura do povo a uma fórmula populista. Seu engajamento foi de produzir uma vasta obra centrada nos assuntos brasileiros, de maneira que desse importância tanto ao enfoque técnico do produto como à diversidade do consumidor. Portanto, Mário redimensionava a titularidade da Enciclopédia Brasileira, isto é, retirava-a do Estado para entregá-la ao povo, libertando-o pelo conhecimento em vez de dominá-lo (OITICICA, 1997).

Mário preocupava-se com a educação do seu povo, almejava que a população adquirisse o hábito da leitura desde a tenra idade. Para isso, ele elaborou um projeto de bibliotecas municipais como forma de incentivo à leitura:

[...] em 1939, Mário de Andrade publicou um artigo, com a descrição do projeto para as bibliotecas municipais de São Paulo, enfatizando dois pontos: os acervos não poderiam ser constituídos por qualquer tipo de livro; o desenvolvimento do hábito de ler na população devia ser promovido desde a infância. [...]. (LEITÃO, 2010, p. 99).

Mário de Andrade deixou o INL em 1941 sem ter concretizado o seu grande projeto. Conforme Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. [2?]), a situação de Mário era desesperadora, o motivo da sua saída foi por falta de pagamento, por isso ele escreve a Capanema: “[...] venho pedir que me faça pagar isto imediatamente, e por outra via possível aí do ministério, pois estou numa situação insustentável, crivado de dívidas ridículas [...] é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que não mereço [...]” Segundo Tavares (2016, p. 69), “Planejar uma Enciclopédia foi uma tarefa árdua demais para Mário de Andrade. O fracasso do anteprojeto do Instituto Nacional do Livro provocara certa ‘exaustão’ de empreitada como esta [...]” Anos depois de sua saída, já com a saúde debilitada, faleceu a 25 de fevereiro de 1945. Sua morte foi anunciada na imprensa oficial, referindo o momento como uma luz que se apagava (TAVARES, 2016).

Mesmo com a saída de Mário de Andrade, o INL ainda mantinha a atividade da Seção da Enciclopédia e do Dicionário a todo vapor, em 1942 a Seção recebeu três quantias de recursos para a publicação da *Enciclopédia*: 75:000\$0; 400:000\$0 e 200:000\$0 (TAVARES, 2016).

No ano de 1944, a Seção da Enciclopédia e do Dicionário recebeu recursos profícuos tanto para a elaboração da *Enciclopédia* como para a elaboração do *Dicionário* de maneira que justificavam as suas publicações nessa época (TAVARES, 2016, p. 51 [grifo da autora]):

A distribuição dessa verba atenderá as seguintes exigências dos trabalhos em andamento:

1.- a) Redação, revisão filológica e coordenação metódica dos artigos destinados ao Dicionário da Língua Nacional; b) Organização de trabalhos subsidiários, destinados ao Dicionário Popular Brasileiro, que abrangerá os chamados brasileirismos, com o primeiro de seis volumes pronto a entrar para a impressão; ao Pequeno Dicionário Escolar da Língua Nacional, que constituirá um só volume para uso popular e das escolas; e ao Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa. Aplica-se a estes serviços a média trimestral de Cr\$ 35.000,00, ou seja, no curso dos doze meses: Cr\$ 140.000,00.

2. a) Redação, revisão e coordenação metódica dos artigos destinados à Enciclopédia Brasileira;

b) prosseguimento da elaboração e revisão dos dicionários já incluídos ao programa geral da Enciclopédia Brasileira, a saber: Dicionário Filosófico (1º vol. Pronto para o prelo); Dicionário Popular Brasileiro (1º vol. em revisão); Dicionário da Literatura Brasileira (em elaboração); Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul (1º vol. pronto para o prelo); e Dicionário de História do Brasil (em elaboração). – Aplica-se a estes serviços a média trimestral de Cr\$ 50.000,00, o que perfaz para os doze meses: Cr\$ 60.000,00.

As importâncias parciais acima discriminadas deste modo:

Serviços do Dicionário de Língua Nacional.....Cr\$  
140.000,00

Serviços da Enciclopédia Brasileira.....	Cr\$ 200.000,00
Serviço iconográfico.....	Cr\$ 60.000,00

---

Cr\$ 400.000,00

Em 1945, Américo Facó fazia o planejamento da publicação da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário*. Porém, depois da derrocada do Estado Novo, nesse período, o grande projeto acabou estagnando novamente. De acordo com Tavares (2016, p. 69-71):

No ano de 1945 iniciou com a ideia de preparar dois planos: um que atendesse à *Enciclopédia* e outro que contemplasse o *Dicionário*. [...]. Sobre a elaboração de verbetes para a *Enciclopédia Brasileira*, a proposta ainda mantinha-se com a estrutura de comissões. Quanto ao *Dicionário*, as regras seriam semelhantes [...]. Além das duas publicações, o órgão federal pretendia lançar uma *Gramática Brasileira* [...].

Mas mesmo diante de tantos preparativos, a crise que se instalou no fim do Estado Novo culminou com a saída de Getúlio Vargas do posto presidencial e de Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde. Com isso, nem o projeto de Mário de Andrade e tampouco o de Américo Facó se concretizaram.

Assim, para Silva (1992), Euryalo Cannabrava, o novo chefe da Seção de Enciclopédia e do Dicionário, e Paulo Assis Ribeiro elaboraram um novo projeto para a *Enciclopédia* em 1956. No entanto, não conseguiram lograr êxito, pois o projeto demandava grandes recursos financeiros e um longo período para ser concluído, portanto, o projeto se tornou irrealizável. De acordo com Hallewell (2012), Maria Alice Barroso, diretora do INL (1970-1974), falou de planos para reiniciar o projeto. Porém, com a quantidade de enciclopédias e dicionários brasileiros disponíveis no mercado e de excelentes qualidades, tornara-se improvável que a *Enciclopédia Brasileira* venha a ser concluída e publicada.

Desse modo, de acordo com Tavares (2016, p. 107): “Hoje se tem notícia de que a *Enciclopédia* foi uma edição jamais concluída [...]” Segundo a autora, problemas relacionados à escassez de verbas até o ano de 1945 não foram o motivo, dados mostram que a Seção recebia recursos vultosos constantemente. Há a possibilidade de que as verbas destinadas à Seção eram desviadas para gastos desnecessários. E Também pelo fato dos constantes desentendimentos dos intelectuais na apreensão da cultura nacional dificultando, portanto, a sua publicação.

## 4.2 A Seção das Publicações

Sob a responsabilidade da Seção das Publicações do INL estava o seu chefe, Sérgio Buarque de Holanda, cuja finalidade de sua Seção era: “a) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, [...] b) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros” (DECRETO-LEI Nº 93, 1937 [não paginado]).

Desde 1939, o INL já tinha demonstrado o interesse de elaborar coleções de livros. Para isso, Sérgio Buarque de Holanda havia preparado uma coleção popular, mais tarde chamada de *Biblioteca Brasileira*. O objetivo de tudo isso seria o de levar à população livros de qualidade com preços acessíveis. Nesse sentido, para que uma obra fosse inserida na coleção, exigia-se o critério de sua *raridade*, dessa forma, optou-se por inserir as obras clássicas sobre o Brasil, sua história, sua geografia e sua vida social (TAVARES, 2016).

De acordo com Silva (1992, p. 58), até 1945, a Seção das Publicações editou, além da *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*, as seguintes Coleções:

***Coleção de Obras Raras*** - visava levar ao público obras de difícil acesso, fosse pelo elevado custo, fosse pela raridade de exemplares. Note-se que o objetivo era exatamente o mesmo da *Coleção Biblioteca Popular*, com exceção do preço da venda.

***Coleção de Obras Completas dos Grandes Autores Brasileiros*** - previa a publicação de obras de autores consagrados.

***Coleção do Estudante*** - pretendia a publicação de obras que auxiliassem o estudante. Esta coleção, que teve apenas três títulos, um em 1945 e dois em 1947, foi suspensa em 1947.

***Bibliografia Brasileira*** - visava controlar a produção editorial do país.

***Bibliografias Especiais*** - compilação de textos de autores consagrados ou sobre determinado assunto, como a *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, por Hélio Viana, editado em 1945.

***Biblioteconomia*** - visava atender às necessidades de informação na área de biblioteconomia. Publicava obras produzidas ou indicadas pela Seção das Bibliotecas. Esta coleção desempenhou importante papel na formação profissional dos bibliotecários, colocando à disposição dos profissionais obras técnicas fundamentais nos anos em que a profissão começava a se consolidar. [grifo nosso].

Ademais, Oiticica (1997, p. 118-119) destaca outras publicações de Coleções importantes do INL:

A utilização da literatura como reforço fica evidente na coleção com que o INL, com prefácio do Ministro Capanema ao primeiro volume, inaugurava seu programa editorial: **Florianópolis: memórias e documentos**, estudos históricos sobre a figura do marechal Floriano Peixoto, o ditador que [...] deu à República a feição autoritária que o Estado Novo então recuperava. [...] o INL só decidirá pela publicação de outra obra de dimensões monumentais

quando o objeto for a Igreja: a vultosa **História da Companhia de Jesus**, do jesuíta Serafim Leite, encampada pelo INL após terem sido publicados pela iniciativa privada os dois primeiros volumes de um total de dez. No mesmo ano em que o INL deflagrava o custoso projeto com a edição do terceiro volume da série, que se estenderia de 1943 a 1950, publicava também os dois volumes da **Vida do venerável Padre José de Anchieta**, do igualmente jesuíta Simão de Vasconcelos, o remoto iniciador da literatura ufanista que via no Brasil o paraíso terrestre. Finalmente, em 1945, outra obra de grande vulto era lançada: o primeiro volume de uma série de dez de **Memórias históricas do Rio de Janeiro**, “trabalho do mais completo sobre a história religiosa do Brasil”, de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. No mesmo período foi realizado pelo jesuíta Augusto Magne a edição de **A demanda do Santo Graal**, em 3 volumes. O único autor de ficção a ser contemplado pelo o INL em todo período Vargas foi Manoel Antônio de Almeida, objeto de uma biografia por Marques Rebelo e da reedição de **Memórias de um Sargento de Milícias**. Exceção que confirma a regra: a escolha desse livro trai exatamente o processo de exclusão social denunciado e permeado pela dialética da malandragem. [grifo do autor].

Para Tavares (2020, p. 62), além das publicações acima mencionadas,

[...] o Instituto Nacional do Livro responsabilizou-se pelo lançamento de outras “bibliotecas” como a de *Divulgação Cultural*, a *Filológica* e a *Biblioteca Histórica*. Somadas a essas, estiveram também as obras de José Bonifácio de Farias Brito, de Capistrano de Abreu, de Epitácio Pessoa [...]. Ao final dos anos 1980, o Instituto Nacional do Livro contava com a cifra de mais de 300 títulos lançados, contando com os vários volumes e coedições.

Paralelamente às publicações do INL, de 1931-1943 houve uma grande atuação das editoras privadas nas publicações de Coleções de obras históricas para a recuperação e desenvolvimento do pensamento nacionalista da época. Destacaram-se a Companhia Editora Nacional com a série “Brasiliana” da Biblioteca Pedagógica Brasileira, que publicou 230 volumes; a livraria José Olympio, com a coleção “Documentos Brasileiros”, com 34 volumes; a “Biblioteca Histórica Brasileira”, da livraria Martins Fontes, com 10 volumes; a série “História”, da Academia Brasileira de Letras, com 8 volumes; os “Departamentos Históricos”, do livreiro-editor Zélio Valverde, com 5 volumes; a Sociedade Capistrano de Abreu, com 11 volumes; e a “Estante Guairacá”, da Editora Guáira, com 2 volumes (GOMES, 1998).

Além disso, como forma de propagar a cultura brasileira no estrangeiro e promover uma boa imagem do Brasil, o INL promoveu a troca, venda e doação de livros traduzidos de autores brasileiros para alguns países. Realizou a exposição de livros em Montevideu (1939), Santiago e Buenos Aires (1945). Para isso, havia um Escritório Geral de Informações sobre o Brasil em Buenos Aires, que colocava em circulação no estrangeiro as obras de interesse do INL. Desse modo, entre 1938-1945 foram doados e vendidos em torno de doze mil obras para

países como: Estados Unidos, Argentina, Peru, Chile, Uruguai, México e Paraguai (TAVARES, 2020).

Assim, segundo a Revista do Serviço Público, editada pelo DASP, nº 2, de 1938, destaca-se a função publicitária do INL como forma de disseminação do livro nacional:

[...] O Instituto Nacional do Livro não é, nada mais, nada menos, do que uma espécie de agência publicitária do livro nacional. E, como agência publicitária, um órgão técnico, cuja responsabilidade maior reside no fato de criar mercados novos para o livro nacional, criando sua necessidade, fim único e exclusivo de todo reclame. [...] Todo o decreto-lei citado é um programa de uma imensa campanha de propaganda. E não é outra a função do Instituto Nacional do Livro. [...]. (Revista do Serviço Público/DASP, nº 2, 1938 apud ARAÚJO, 2002, p. 35 [grifo da autora]).

No entanto, para Silva (1992), o objetivo de zelar pela propagação, melhoria, aumento, barateamento do livro e facilitar a importação de obras necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da população brasileira, não teve, por sua vez, a atenção necessária da Seção das Publicações. Tudo isso devido a alguns problemas, como: a pequena indústria livreira e o reduzido parque gráfico do país, que demandavam recursos que o INL não poderia lhes dar, e também, de acordo com Tavares (2016), pela impossibilidade da Seção da Enciclopédia e do Dicionário organizar o planejamento das publicações devido à crise do papel gerada pela Segunda Guerra Mundial.

Em um relatório de 1944 de Américo Facó, diretor em exercício do INL, declarava que o barateamento do livro brasileiro extrapolava a capacidade de recursos do Instituto, e que por isso a busca de soluções tinha sido entregue a outras Instituições melhor aparelhadas. Mesmo diante de todos os problemas, o INL buscava colaborar na questão do problema do livro, de maneira que promovia contatos com editores e livreiros, debates e inquéritos, mas sem pretender solucionar o problema do livro como um todo (SILVA, 1992).

Nessa mesma perspectiva, para Castro (2005, p. 96):

As obras que circulavam no país até a década de 40 eram geralmente editadas em Portugal e na França, nas tipografias Garnier, Arraut, nomes que figuravam nas obras de Machado de Assis, Graça Aranha, Coelho Neto, Alfredo Rangel e tantos outros. Autores que concorriam com os estrangeiros que detinham a preferência nacional, dos romances aos técnicos [...]. São fatos que demonstram a grande dificuldade dos autores nacionais em publicarem seus textos, aliados à baixa dos mesmos, fosse pela carência de canais apropriados (tipografia, livrarias), fosse pelo alto índice de analfabetismo e, ainda, sem dúvidas ao afrancesamento da sociedade brasileira que valorizava a leitura, a arte, a ciência e a cultura da França.

Outro fator que dificultava o acesso ao livro brasileiro era o preço, um dos mais caros do mundo [...].

Nesse contexto, destacavam-se no país os autores e as editoras responsáveis pelas edições estrangeiras traduzidas em português:

Monteiro Lobato, Gustavo Barroso, Mário Quintana, Sérgio Milliet, Almir de Andrade, Rachel de Queiroz, Érico Veríssimo, Carlos Drummond de Andrade, Hennes Lima são alguns dos escritores que, entre 1936 e 1943, realizaram sistematicamente traduções de obras estrangeiras, elevando assim o nível dessa atividade no Brasil. Quanto à relação entre obras nacionais e obras traduzidas, Sérgio Miceli informa que a Francisco Alves, por exemplo, editou em 1942 "aproximadamente uma tradução para cada dez livros de autores nacionais, a Melhoramentos editou duas traduções em cada doze livros de autores nacionais, proporção que se deve confrontar aos índices das editoras dependentes de obras de ficção. Nesse mesmo ano, o volume de traduções editadas pela Companhia Editora Nacional igualou o de obras de autores nacionais, a Globo lançou 44 traduções e apenas 24 obras de autores nacionais. Em 1943, a Freitas Bastos publicou apenas uma tradução, a Saraiva apenas duas, enquanto a Martins se encontrava na mesma situação da Cia. Editora Nacional, o mesmo ocorrendo, em menor medida, com a José Olympio (43 traduções e 38 nacionais) e a Globo (41 traduções e 27 nacionais)". (MICELI, 1979, p. 280 apud SILVA, 1992, p. 63).

De acordo com Hallewell (2012), o decreto-lei nº 93 de 1937 dava ao INL as funções de instrumento de controle direto do governo sobre os livros que seriam publicados ou importados. De modo que depois de dois anos, sem que o INL tivesse tomado qualquer medida a essas funções, estas foram transferidas para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão de censura criado especialmente para isso.

Oiticica (1997, p. 120) nessa mesma perspectiva, contrapõe a afirmativa de Hallewell, em que o INL exercia as funções de controle do livro e esclarece que

O INL era a expressão genérica da interpretação estadonovista para a ideologia republicana. Para a propaganda explícita, havia desde o dia mesmo da decretação do Estado Novo um Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia do Distrito Federal que antes do INL começou seu programa de publicações, já editara e distribuía pelo Brasil quarenta e cinco folhetos em edições de dez a setenta e cinco mil exemplares cada qual. O período de abril de 1939, quando foi extinto o Serviço de Divulgação, a dezembro do mesmo ano, quando foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), restou como o breve reinado do INL no organograma editorial do Estado Novo, quando finalmente começou a publicar. Mesmo a partir daí o cotejo entre as atribuições do INL e do DIP demonstra os diferentes graus do exercício ideológico, que vão de um subjetivo conceito do que sejam obras "de grande interesse para a cultura nacional" (INL) até uma objetiva determinação de "centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa (...), fazer a censura do teatro, do

cinema, de funções recreativas e esportivas (...), da radiofusão, da literatura (...) e da imprensa” (**DIP**). [grifo nosso].

Nesse sentido, outra contraposição à afirmação de que o INL atuava como controlador direto sobre os livros é a de Silva (1992), ela diz que o decreto-lei de nº 93 de 1937 não dava poderes para o INL deliberar sobre quais livros poderiam ser publicados ou importados. A redação do artigo 2º do decreto-lei nº 93 é muito vaga, dando margem para manipulação ideológica. O Estado Novo buscava, de fato, forjar uma identidade nacional que se compatibilizasse com o seu ideário. Assim, não há referência explícita de que o INL exercia a função de sensor, na verdade, essa função de sensor quem fazia era o DIP.

No entanto, para Leitão (2010, p. 106), em referência a carta que Gustavo Capanema mandara a Getúlio Vargas, na qual expõe os motivos de criação do INL, consta que o INL foi realmente criado como instrumento de censura, no que concerne à vigilância sobre o livro:

O livro não é só o companheiro amigo que instrui, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da Terra. É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (ARQUIVO DE GUSTAVO CAPANEMA FGV/CPDOC apud LEITÃO, 2010, p. 106 [grifo do autor]).

Chamamos a atenção para a referência à *vigilância* sobre o livro. Consideramos que fica explícita a abertura dada para um discurso da intolerância, a partir do momento em que Capanema enfatizou o papel fundamental do livro e, ao mesmo tempo, alertou que o Estado não deveria permitir que ele se tornasse *o instrumento do mal*. Dessa forma, identificamos um direcionamento do que deveria ou não ser editado e, por extensão, divulgado nas bibliotecas. Observamos que, nessa questão da vigilância sobre o livro, o Estado estava realmente preocupado com o conteúdo e não com a estrutura das bibliotecas.

De fato, o conteúdo da carta dá margem para uma possível censura do livro por parte do INL, isto é, um controle implícito do conteúdo que seria publicado, mas nada que se compare à censura explícita exercida pelo DIP. Além disso, para Silva (1992) a Seção de Publicações do INL, diante das dificuldades inerentes ao grande projeto, manteve-se empenhada na concretização dos seus objetivos, assim como boa relação com as outras Seções. Em apoio à Seção de Bibliotecas, publicou várias obras de conteúdos técnicos da área da biblioteconomia, em vista do objetivo de qualificar o pessoal envolvido com bibliotecas

subordinadas ao Instituto. Em apoio à Seção da Enciclopédia e do Dicionário, publicou obras essenciais que auxiliariam no seu estudo.

### 4.3 A Seção das Bibliotecas

A Seção das Bibliotecas do INL tinha como função principal incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo país, estava sob a chefia do próprio diretor do Instituto, Augusto Meyer (DECRETO-LEI Nº 93, 1937). Para a manutenção das bibliotecas, o INL se focou, principalmente, no envio de livros e prestação de assistência técnica de bibliotecários. Os livros que eram enviados eram editados pelo INL ou adquiridos no mercado livreiro. Visando suprir a carência de profissional da área de biblioteconomia, o INL investiu na preparação técnica de bibliotecários e na publicação de obras de biblioteconomia (TAVARES, 2020).

O crescimento do número de cursos de Biblioteconomia<sup>10</sup> vai dar-se nos anos 40, em que se destacou a fase<sup>11</sup> II da história do ensino de biblioteconomia no país, fase em que ocorreu a mudança de influência européia para o modelo pragmático americano. Assim,

[...] na fase II se inicia o crescimento quantitativo das escolas de Biblioteconomia, notadamente nos anos 40, a partir da criação do curso da *Escola Livre de Sociologia e Política*. De 1911 até os anos 40, foram criados quarenta e dois cursos, dos quais doze desapareceram nos anos posteriores, totalizando trinta cursos que se encontram atualmente em funcionamento, abrangendo todas as regiões do país. (POBLACIÓN, 1992 apud CASTRO, 2000, p. 21).

Segundo Castro (2000), para se entender o avanço da biblioteconomia no Brasil, é preciso compreender as suas três dimensões educativas: a *profissional*, que abrange a formação até o mercado de trabalho; a *técnica*, que abrange o controle, processamento, armazenamento das informações e o uso das novas tecnologias e linguagens documentárias; e

<sup>10</sup> O primeiro Curso de Biblioteconomia foi criado em 1911 pela Biblioteca Nacional para sanar os problemas da biblioteca e melhorar a qualificação dos funcionários. O Curso era constituído por quatro disciplinas, que por sua vez se desdobravam em cinco matérias: Bibliografia (Administração de Bibliotecas e Catalogação); Paleografia e Diplomática (Cartografia) e Iconografia e Numismática (Sigilografia e filatelia). CASTRO, 2000, p. 53.

<sup>11</sup> O ensino de Biblioteconomia se divide em quatro fases. Fase I: 1915-1928 (Formação de influência européia); Fase II: 1929-1969 (Mudança da direção da influência européia para o pragmatismo americano); Fase III: 1970-1985 (Ufanismo nacionalista caracterizado pelo crescimento qualitativo das escolas); Fase IV: 1986- (Estabilização do crescimento das escolas e início do período de reflexão, objetivando a avaliação qualitativa do ensino ministrado em nível de graduação). POBLACION, 1992 apud CASTRO, 2000, p.23. Também, outros autores destacam outras fases do ensino de biblioteconomia. Para mais detalhes, ver: CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

os seus *métodos de influências* (ensino humanista e ensino pragmático), que abrangem tanto o currículo como a atuação política, cultural e educacional do bibliotecário.

Ainda mais, o Ministro Capanema foi convidado a palestrar no Departamento de Administração e Serviço Público (DASP), sobre a relação entre biblioteca e educação. Nessa palestra, Capanema ressaltou a função cultural das bibliotecas na história, em que poucos podiam ter acesso aos livros, além disso, resalta a importância que a mecanização da indústria livreira possibilitou a transformação da biblioteca em um verdadeiro instrumento de educação (SILVA, 1992).

A transmissão da cultura, na visão de Capanema, passava pelas bibliotecas tanto quanto pelas escolas. As bibliotecas de livre acesso eram instituições de grande importância no processo educacional pelo fato de se dirigirem para a população como um todo e transmitirem conhecimento de modo mais abrangente e livre do que as instituições formais de educação. Para Capanema, a biblioteca deveria ser um centro de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, um centro de cultura. (SILVA, 1992, p. 71).

Assim, em favor do desenvolvimento das bibliotecas junto às comunidades, o INL, por meio da Seção das Bibliotecas, incumbiu-se de prestar assistência técnica especializada por parte dos bibliotecários. Para o bom manuseio dos materiais recebidos do INL, necessitava-se de pessoas qualificadas para que assim fossem atingidos os objetivos das próprias bibliotecas auxiliadas. Como não poderia deixar de mencionar, o INL estruturou cursos de Biblioteconomia em várias cidades do país, como por exemplo, Mossoró, Belo Horizonte, Curitiba, Natal, João Pessoa, Maceió, Recife, alguns desses cursos sendo de fundamental importância para sua transformação em ensino universitário (BRAGANÇA, 2009).

Nesse sentido, para Oliveira (1994), esses cursos estruturados pelo INL, foram criados em 1945, de maneira que foi uma forma de suprir aqueles Estados com programa de treinamento, onde ainda não tinham cursos regulares de biblioteconomia. Os cursos eram ministrados por “visitadores regionais”, de modo que ao fazerem as inspeções nas bibliotecas da região, ofereciam treinamentos àquelas pessoas que tinham capacidades para trabalhar como bibliotecário. Portanto, o programa de treinamento (paralelo ao curso regular de biblioteconomia) tinha como principal objetivo diminuir o problema, que era a falta de bibliotecário diplomado.

Nesse contexto, conhecer a realidade da situação das bibliotecas no Brasil era de fundamental importância para o INL direcionar seus estudos. Porém, não havia dados concretos acerca do número total de bibliotecas existentes no país até a década de 1940

(SILVA, 1992). Assim, destaca-se o esforço empreendido durante o processo de registro das bibliotecas pelo país:

Os dados acerca das bibliotecas públicas brasileiras são escassos. De acordo com os números fornecidos pelo relatório do INL de 1945, afirma-se a existência de 2.088 bibliotecas até a data de 1938. Nesse mesmo ano foi emitido e enviado pelo INL um questionário indagando sobre as condições de acervo, instalações, recursos financeiros e humanos e solicitando outras informações que subsidiassem a ação futura do instituto junto às bibliotecas. Conforme o relatório, houve um retorno de apenas 10% das bibliotecas. Diante disso, o INL repetiu o procedimento e na medida em que as respostas foram sendo compiladas, o órgão foi montando o registro das bibliotecas. Mais tarde, o Instituto se reportou aos prefeitos com uma “sugestão de decreto regulando o funcionamento das bibliotecas municipais”, recomendando localização física, constituição de acervo, cargos e competências das chefias. Contudo apesar de ideias voltadas para a formação de projetos de leis, o registro de bibliotecas para a doação de obras acabou por ser a principal atividade do INL. [...]. (TAVARES, 2020, p. 106-107 [grifo nosso]).

O INL não se contentou com o registro passivo de bibliotecas já existentes. Desenvolveu um esforço ininterrupto junto às Prefeituras Municipais, no sentido de que fossem criadas bibliotecas públicas ou de que estas fossem reabertas ou reestruturadas, oferecendo para isso novos volumes e assistência técnica. (CUNHA, 1967, p. 95 apud BRAGANÇA, 2009, p. 227).

O registro das bibliotecas, principalmente as do interior do país, mostrava-se com maior dificuldade para cadastramento. Mas o projeto de Augusto Meyer não se limitava somente ao cadastramento, visava atingir, de fato, os objetivos do decreto-lei do INL. Assim, o cadastramento e o incentivo a bibliotecas municipais deveriam continuar até que o INL concluísse a elaboração de um plano mais abrangente de criação de bibliotecas em todas as regiões (SILVA, 1992).

Ao se dirigir aos prefeitos, o INL encaminhava uma "sugestão de decreto regulando o funcionamento de uma biblioteca municipal", onde eram arroladas recomendações quanto à finalidade da instituição, sua localização física, constituição do acervo, formas de subvenção, cargos funcionais e competência das chefias. Destacava-se ainda o caráter popular que deveria ter a nova instituição e, finalmente, definiam-se os níveis de contrapartida do Instituto. No tocante ao caráter popular, enfatizava-se que a biblioteca deveria direcionar sua ação sempre no sentido de atrair um número cada vez maior de usuários, e que a esses usuários seria dado livre acesso às estantes. O livre acesso às estantes é, até os dias de hoje, um dos pontos mais importantes para a democratização do acesso à informação. A possibilidade de folhear uma obra sem a interferência de qualquer pessoa propicia uma intimidade entre o usuário e o acervo que só enriquece a relação que se pretende amigável. O simples ato de poder folhear um livro é tão relevante que a própria ciência da informação encarregou-se de estudar o que no

idioma inglês chamamos de *browse*. O livre acesso às estantes era uma concepção inovadora para os anos de constituição do INL, e mais tarde, com a criação da Unesco, em 1946, seria preconizado como condição essencial imposta a toda biblioteca pública. (SILVA, 1992, p. 73).

Com as atividades do INL em andamento, Rubens Borba de Moraes, em conferência de 1943, ressaltou a importância do incentivo à criação das bibliotecas públicas pelo país:

[...] o panorama de hoje já não é o mesmo de há cinquenta anos atrás. Possuímos centenas de bibliotecas públicas, espalhadas pelo país, recebendo o auxílio inestimável do Instituto Nacional do Livro. Graças a essa instituição as bibliotecas perdidas no interior, longe dos grandes centros intelectuais, recebem metodicamente lotes de livros. Se não tivessem esse auxílio, o que seria dessas bibliotecas esquecidas das autoridades locais, sempre preocupadas com problemas que julgam mais urgentes? (MORAES, 1943, p. 38-9 apud BRAGANÇA, 2009, p. 228).

Além disso, de acordo com Oliveira (1994), Augusto Meyer elaborou um projeto de bibliotecas populares, durante o período de 1938 a 1939. Previa a implantação de 25 bibliotecas populares na cidade do Rio de Janeiro, estas bibliotecas seriam criadas pelos próprios moradores, um grupo mínimo de 50 moradores para cada biblioteca, que pagaria uma quantia mensal para mantê-la. Para que uma biblioteca fosse registrada no INL era preciso que o grupo solicitasse por escrito. Dessa maneira, depois de feito o registro, o INL passaria a arrecadar recursos do grupo para a aquisição de livros.

Assim, o projeto das bibliotecas populares teria características bastante inovadoras para a sua época, de maneira que

O projeto das bibliotecas populares apresentava algumas características ainda hoje perseguidas na concepção e operação das bibliotecas públicas: a criação da biblioteca a partir de interesse manifesto da comunidade; a manutenção da biblioteca e a seleção de material a ser adquirido feitas pela própria comunidade e não por agentes externos a ela; a doação de obras como complemento a um acervo criado e mantido pelos usuários; e o intercâmbio de publicações entre bibliotecas, favorecendo a renovação de seus acervos. Ou seja, biblioteca pública criada a partir de desejo da comunidade e para ela. (OLIVEIRA, 1994, p. 47-48).

Além disso, outro projeto criado foi o das bibliotecas centrais e regionais de âmbito nacional, foi elaborado concomitante ao projeto das bibliotecas populares, que deveria ser implementado entre 1940 e 1947. Esse projeto deveria seguir o modelo de bibliotecas argentino (Comissão Protetora de Bibliotecas Populares) e o modelo de organização bibliotecária da Suíça (INL, 1939b apud OLIVEIRA, 1994). Deveria funcionar como uma

*rede de bibliotecas* em todo Brasil, de maneira que as obras partiriam do centro (bibliotecas centrais) para as áreas periféricas (bibliotecas regionais). Mas o INL não deu prosseguimento ao projeto, ficando apenas com as atividades de registrar as bibliotecas (TAVARES, 2020).

Esse projeto foi ainda mais inovador, porque dispunha de um sistema integrado de bibliotecas regionais sob uma coordenação central. Adotava técnicas de racionalização de recursos, descentralização de responsabilidades, coordenação de atividades, trabalho cooperativo e serviços de extensão. Dessa forma, Augusto Meyer pretendia melhorar a qualificação profissional dos bibliotecários de forma que desse um melhor atendimento à população (OLIVEIRA, 1994).

A seguir destaca-se o cronograma e abrangência do projeto:

**Quadro 1.** Cronograma de implantação e abrangência das bibliotecas centrais de região

ANO	LOCALIZAÇÃO	ABRANGÊNCIA
1940	Recife	Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará
1941	Salvador	Bahia, Sergipe, Alagoas, parte de Goiás
1942	Belém	Amazonas, Pará, Maranhão, Acre
1943	Belo Horizonte	Minas Gerais e parte de Goiás
1944	São Paulo	São Paulo e Mato Grosso
1945	Rio de Janeiro	Estado do Rio, Distrito Federal e Espírito Santo
1946	Porto Alegre	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

**Fonte:** SILVA, 1992, p. 77

De acordo com Araújo (2002), ao final de 1947, seriam instaladas todas as sete bibliotecas centrais. A partir de 1947, as despesas anuais com as sete bibliotecas seriam de 4.907:400\$, de maneira que ficariam em constante circulação 1.321.000 livros. Assim, a despesa total seria de 21.130:400\$.

Desse modo, Silva (1992, p. 77) esclarece as características inovadoras do projeto abortado:

Qualquer biblioteca poderia se tornar uma filiada das centrais, desde que permitisse livre acesso a seu acervo. Poderiam se filiar bibliotecas de associações, sindicatos, escolas etc., mas seriam as bibliotecas municipais as que maior atenção receberiam, tanto do ponto de vista da constituição de acervo, quanto da prestação de assistência técnica. A doação de obras daria lugar ao empréstimo e ao rodízio. O INL, na qualidade de coordenador-geral, proveria as bibliotecas centrais do acervo necessário e coordenaria o

sistema de intercâmbio entre elas, que, por sua vez, administraria o empréstimo para as filiadas. A prática de intercâmbio era reconhecida por Meyer como de suma importância para o sucesso do empreendimento, uma vez que manteria as coleções renovadas, além de reduzir os custos com duplicação de acervo. Estimava-se que ao final de cinco anos o programa movimentaria um acervo de 1.300.000 volumes. Todos os elementos deste programa adotariam um padrão comum para o tratamento técnico, sob a orientação do INL, que se encarregaria da elaboração de um catálogo coletivo das obras do acervo.

Segundo Oliveira (1994, p. 50), “Relatórios do INL dão conta que os projetos não foram implantados por falta de recursos, para cobrir seus altos custos.” Portanto, depois do insucesso dos dois projetos, o registro das bibliotecas pelo Brasil passou a ser o objetivo principal do INL, de maneira que facilitasse o incentivo à leitura, o acesso aos livros e a disseminação das bibliotecas públicas nas regiões mais distantes do país (SILVA, 1992).

Nesse sentido, no que concerne ao registro das bibliotecas pelo país, a biblioteca registrada, depois de ser classificada de acordo com sua categoria, começava por direito a receber doações de livros do INL, que iam desde a periodicidade, volume e origem das obras. Havia as remessas *regulares mensais* que eram enviadas a todas às bibliotecas abertas ao público. Também, havia as remessas *avulsas* em que as bibliotecas privadas recebiam obras editadas, sem maior comprometimento com a periodicidade e o volume das doações. Assim, todas as bibliotecas registradas recebiam obras editadas pelo Ministério da Educação e Saúde e também obras adquiridas pelo INL no mercado editorial de livros (SILVA, 1992).

As bibliotecas registradas se dividem nas seguintes categorias:

. **Bibliotecas públicas** - aquelas vinculadas diretamente aos governos municipais ou estaduais, destinadas à toda a comunidade, com acervos de caráter geral.

. **Bibliotecas de órgãos governamentais** - aquelas ligadas a algum órgão governamental, como ministérios, secretarias ou outros. Destinavam-se, primordialmente, a atender às demandas de pesquisa do órgão a que estavam vinculadas.

. **Bibliotecas escolares** - aquelas destinadas a atender à classe estudantil tanto dos estabelecimentos públicos quanto dos particulares. Localizavam-se nas próprias escolas.

. **Bibliotecas de cursos superiores** - não devem ser confundidas com as escolares. Serviam exclusivamente aos alunos dos cursos superiores. Estabeleci esta categoria para que estas instituições não fossem computadas na categoria escolar.

. **Bibliotecas de sindicatos** - aquelas mantidas pelos sindicatos para atender aos membros do sindicato e à comunidade. Privilegiei os sindicatos por ser de meu interesse conhecer a resposta destes ao chamamento do governo nos anos do Estado Novo.

. **Bibliotecas das demais associações de trabalhadores** - aquelas mantidas pelas associações de trabalhadores e os órgãos de classe, excetuando-se os sindicatos.

. **Outras bibliotecas** - todas aquelas que não se enquadram em nenhuma outra categoria, como as bibliotecas de hospitais, de presídios, de postos indígenas, de clubes recreativos, entidades religiosas, culturais etc.

Esclarecidos estes pontos, posso adiantar o resultado do levantamento inicial do **Guia das bibliotecas**, relativo ao número de instituições registradas entre 1938 e outubro de 1945, quando caiu o Estado Novo: **foram registradas 3.044 instituições** [...]. (SILVA, 1992, p. 90-91). [grifo do autor e nosso].

A seguir, destaca-se o desempenho da Seção das Bibliotecas, no que se refere ao *Ano de Instalação*, ao *Registro de Bibliotecas*, ao *Volume de Acervo* e aos *Volumes Doados* às instituições cadastradas pelo INL no período de 1938 a 1945:

Foram instaladas 3.044 bibliotecas em todo o país. O ano de 1941 teve o maior número de instalação de bibliotecas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste; o ano de 1943, a região Centro-Oeste teve o maior número de instalações, em seguida o ano de 1944 ficou com a região Norte o maior índice. Em números totais, destacaram-se as regiões Sul com 26% (779), Sudeste com 54% (1.665), Centro-Oeste com 3% (77), Nordeste com 15% (465) e a Norte com 2% (68). Nas *Categorias de Biblioteca*, 11% (332) para Bibliotecas públicas, 8% (256) para Biblioteca de órgãos governamentais, 48% (1.459) para Bibliotecas escolares, 3% (82) para Bibliotecas de cursos superiores, 1% (25) para Bibliotecas de sindicatos, 3% (94) para Bibliotecas das demais associações de trabalhadores e 26% (796) para Outras bibliotecas (SILVA, 1992).

Foram registradas 3.044 bibliotecas em todo o país. Em números totais, destacaram-se as regiões Sul com 26% (779), Sudeste com 54% (1.655), Centro-Oeste com 2% (77), Nordeste com 16% (469) e a Norte com 2% (68). Nas *Categorias de Biblioteca*, 11% (332) para Bibliotecas públicas, 8% (256) para Bibliotecas de órgãos governamentais, 48% (1.459) para Bibliotecas escolares, 3% (82) para Bibliotecas de cursos superiores, 1% (25) para Bibliotecas de sindicatos, 3% (94) para Bibliotecas das demais associações de trabalhadores e 26% (796) para Outras bibliotecas (SILVA, 1992).

O volume de acervo registrado foi de 4.624.561. Em números totais, destacaram-se as regiões Sul com 12% (698.491), Sudeste com 66% (3.017.609), Centro-Oeste com 0% (37.723), Nordeste com 14% (728.352) e a Norte com 2% (142.386). Nas *Categorias de Biblioteca*, 19% (857.385) para Bibliotecas públicas, 19% (881.613) para Bibliotecas de órgãos governamentais, 21% (970.512) para Bibliotecas escolares, 0% (23.050) para Bibliotecas de cursos superiores, 3% (148.922) para Bibliotecas de sindicatos, 28%

(1.297.225) para Bibliotecas das demais associações de trabalhadores e 10% (445.864) para Outras bibliotecas (SILVA, 1992).

Por fim, foram doados 774.340 volumes em todo país. Em números totais, destacaram-se as regiões Sul com 24% (191.622), Sudeste com 51% (398.047), Centro-Oeste com 2% (10.64), Nordeste com 19% (153.466) e a Norte com 2% (20.562). Nas *Categorias de Biblioteca*, 34% (259.480) para Bibliotecas públicas, 5% (34.946) para Bibliotecas de órgãos governamentais, 41% (320.074) para Bibliotecas escolares, 0% (3.264) para Bibliotecas de cursos superiores, 2% (13.642) para Bibliotecas de sindicatos, 17% (130.969) para Bibliotecas das demais associações de trabalhadores e 2% (11.965) para Outras bibliotecas (SILVA, 1992).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção trata-se a respeito do objeto de estudo desta pesquisa: a análise da atuação do Instituto Nacional do Livro (INL) durante o período autoritário do Estado Novo (1937-1945). No que se refere à análise da atuação do INL, destacaram-se as atividades de suas Seções: Seção da Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas.

Verificou-se que a Seção da Enciclopédia e do Dicionário chefiada por Américo Facó e auxiliada tecnicamente por Mário de Andrade, objetivou organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, de forma que abrangessem toda a cultura nacional e também servissem de educação para o povo. Isso era um dos grandes objetivos do Estado Novo, sobretudo, a busca da sua nacionalidade. Infelizmente o objetivo de dotar o país de obras tão grandiosas não foi concretizado. Há a possibilidade de que as verbas destinadas para a Seção eram desviadas para gastos desnecessários e, também, dos constantes desentendimentos dos intelectuais na apreensão da cultura nacional dificultando a publicação.

Verificou-se que a Seção das Publicações chefiada por Sérgio Buarque de Holanda editou várias Coleções, como: Coleção Biblioteca Popular Brasileira, Coleção de Obras Raras, Coleção de Obras Completas dos Grandes Autores Brasileiros, Coleção do Estudante, Bibliografia Brasileira, Bibliografias Especiais, Biblioteconomia e várias outras Coleções. Porém, devido à pequena quantidade de recursos do INL aliada às limitações do parque gráfico e da indústria livreira da época e, também, pela impossibilidade da Seção da Enciclopédia e do Dicionário organizar o planejamento das publicações devido à crise do papel gerada pela Segunda Guerra Mundial, a Seção não conseguiu êxito em melhorar, aumentar e baratear a edição de livros, nem facilitar a sua importação. Portanto, mesmo com todas as dificuldades, ela sempre esteve empenhada em colaborar na resolução do problema do livro, promoveu debates, reuniões e inquéritos com editores e livreiros.

Verificou-se que a Seção das Bibliotecas chefiada por Augusto Meyer incentivou a organização e auxiliou a manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional. Enviou várias obras para as bibliotecas de todo o país e também a prestação de assistência técnica de bibliotecários. Além disso, estruturou vários cursos de Biblioteconomia em algumas cidades, assim como fez a instalação e o registro de várias bibliotecas em todas as regiões do país para receberem livros. Durante o período de 1938-1945 foram instaladas e registradas 3.044 bibliotecas; o volume total de acervo registrado foi de 4.624.561; e foram doados 774.340 volumes. Além disso, houve dois projetos elaborados por Augusto Meyer que

não foram concretizados por falta de recursos: o projeto das bibliotecas populares, durante o período de 1938 a 1939; e o projeto das bibliotecas centrais e regionais de âmbito nacional que deveria ser implementado entre 1940 e 1947.

O INL foi um marco para a história brasileira. Visou atender os anseios do Estado Novo em produzir uma enciclopédia brasileira e um dicionário da língua nacional, educar a população mais carente e dotar o Brasil de uma nacionalidade genuinamente brasileira. Para isso, o Estado novo espelhou-se, a seu modo, nos movimentos nacionalistas autoritários da Europa, sobretudo no regime fascista da Itália, em que os ideólogos do Estado Novo vão inspirar-se na grande enciclopédia Treccani, para abarcar toda a cultura nacional.

Nesse sentido, o INL, por meio de suas seções, vai atuar de forma abrangente no campo cultural e educacional. Como forma de suprir a educação formal, vai atuar nas demandas de políticas públicas de livros e bibliotecas públicas em todo o país, de maneira a incentivar o hábito da leitura à população mais carente.

No entanto, para atender o viés político, ideológico, econômico, cultural e, sobretudo, atender a censura do Estado Novo, o INL manteve o controle do conteúdo de suas publicações. Esse controle visava à formação do imaginário nacionalista da população, assim evitando a publicação de livros com tendências revolucionárias que colocassem em risco a estabilidade social. Muito embora, o INL tenha sido fruto de um Estado autoritário, ele foi, de certa forma, fundamental para a democratização do conhecimento, sobretudo, na estruturação de bibliotecas públicas em todo o país.

Depois de tanto tempo da criação do INL, atualmente, muitos municípios do país ainda não possuem bibliotecas públicas. Dados do Ministério do Turismo (2020) mostram que há apenas 5.293 bibliotecas públicas no Brasil. E esse número tem piorado, cada vez mais, nos últimos anos. De acordo com Carranço (2022), o país perdeu 764 bibliotecas públicas entre 2015 e 2020. Essas bibliotecas foram fechadas por motivo do descaso do poder público para com a população mais carente, que não tem acesso às livrarias.

Portanto, cabe ressaltar que o INL foi, durante todo o período de sua existência, 1937-1991, a maior política pública de Estado já criada no que se refere ao seguimento do livro, leitura e bibliotecas públicas em todo país. Nesse sentido, a participação dos gestores/atores públicos, isto é, do Estado, é fundamental para a estruturação e manutenção de novas bibliotecas e envios de livros para a disseminação da leitura e do saber. Além disso, é preciso que a população, sobretudo, a mais carente, tenha acesso democrático à biblioteca, ao livro, à leitura, à literatura e aos bens culturais, isto não se trata apenas de ser um Estado paternalista, mas de ser um Estado preocupado com a formação de seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. **O Discurso Autoritário no Brasil: uma Breve Análise do Manifesto de Instauração do Estado Novo.** *Historiæ*, 7 (2): 57-77. Rio Grande, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6721>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- AGUIAR, Pedro; LISBOA, Juliana. **A Agência Nacional no Estado Novo (1937-1945): entre o Jornalismo e a Propaganda.** GT História do Jornalismo integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia, 8-10 jun. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2017. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-2013-historia-do-jornalismo/a-agencia-nacional-no-estado-novo-1937-1945-entre-o-jornalismo-e-a-propaganda/at\\_download/file](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/gt-2013-historia-do-jornalismo/a-agencia-nacional-no-estado-novo-1937-1945-entre-o-jornalismo-e-a-propaganda/at_download/file)>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.
- BRAGANÇA, Aníbal. **As Políticas Públicas para o Livro e a Leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967).** Matrizes. Ano 2 – nº 2 primeiro semestre de 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232/41008>>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. **Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas.** *Revista Política Hoje* - v. 25, n. 1. p. 71-90, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/3710>>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- CALDAS, Elaine Formentini. **A Trajetória dos Programas Oficiais de Leitura e da Biblioteca Pública no Brasil Durante o Período de 1937-2004.** 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2005. Disponível em: <[https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/14818/cchsa\\_ppgci\\_me\\_Elaine\\_FC.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puccampinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/14818/cchsa_ppgci_me_Elaine_FC.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Propaganda e revolução: os caminhos do impresso político: 1930-1945.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. <<http://hdl.handle.net/10316.2/32203>>. Acesso em: 21 out. 2021.
- CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CARRANÇA, Thais. **Brasil perdeu quase 800 bibliotecas públicas em 5 anos**. BBC NEWS BRASIL. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62142015>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

CASTRO, César Augusto. **Produção e Circulação de Livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos Militares (1970)**. Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52811>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 02 out. 2021

CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura no Brasil: uma análise (1930-2014)**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1477-1497, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/WbBCbJNVTSp4jqT8P4T5c9f/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

COSTA, Verônica Albano Viana. **Entre Imagens e Palavras: Educação e Nacionalismo no Estado Novo (1937-1945)**. (Dissertação de Mestrado em História da Educação). Programa de Pós-Graduação – Conhecimento e Inclusão social – Sublinha de pesquisa Gephe – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-84PJYM/1/microsoft\\_word\\_disserta\\_o\\_completa.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-84PJYM/1/microsoft_word_disserta_o_completa.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. Centro de Documentação e Informação. Série Perfis Parlamentares n. 72. 2ª ed. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/1cexevv>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. 1ª ed. [Rio de Janeiro]: Zahar, 2000. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/ssenvss>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

DECRETO-LEI Nº 93, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937. **Cria o Instituto Nacional do Livro**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938. **Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 out. 2021.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3ª ed. revista. Editora Globo, 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254333/mod\\_resource/content/1/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254333/mod_resource/content/1/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Temas Emergentes em Gestão e Políticas Públicas: Tendências Gerais**. Cadernos gestão pública e cidadania, v. 11, n. 48 - jan/junho 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/44053/42971/89265>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1995. Disponível em: [https://www.academia.edu/7557981/Boris\\_Fausto\\_Hist%C3%B3ria\\_do\\_Brasil\\_pdf\\_www](https://www.academia.edu/7557981/Boris_Fausto_Hist%C3%B3ria_do_Brasil_pdf_www)>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Disponível em: <https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2014/03/fernandes-f-a-revolucao-burguesa-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). v.1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Maria Mary. **Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?** Transinformação, vol. 18, núm. 2, agosto, pp. 113-122. Campinas, SP: PUC-Campinas, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334742003.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937- 1945)**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/583437357/A-Comissao-Nacional-Do-Livro-Didatico-Durante-o-Estado-Novo-Rita-de-Cassia-Cunha-Ferreira-2008>>. Acesso em: 20 out. 2021.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas nº 21 - jun de 2000. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4025/5/PPP\\_n21\\_Políticas.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4025/5/PPP_n21_Políticas.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). **A Era Vargas**: Instituto Nacional do Livro - INL. Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/INL>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). **A Era Vargas**: Biografia de Olympio Mourão Filho. Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olimpio\\_mourao\\_filho](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/olimpio_mourao_filho)>. Acesso em: 17 mar. 2021

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. Rocket Edition, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIANEZINI, K.; RODRIGUES, A. B. (orgs.). **Políticas públicas no século XXI**. Criciúma, SC: UNESC, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7050/3/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GOMES A. C.; ABREU M. A nova “Velha” República: **um pouco de história e historiografia**. 2008?

GOMES, A. C. A “**cultura histórica**” do Estado Novo. Mesa redonda. Cidadania e Projetos Culturais: historiadores e folcloristas no Brasil. São Paulo: 1998.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/nc8ee1>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2012. Disponível em: <<https://bunker4.zlibcdn.com/dtoken/f6330f86ac95794880c5699a42675a2f>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

LEITÃO, Barbara Júlia Menezello. **Bibliotecas Públicas, Bibliotecários e Censura na Era Vargas e Regime Militar:** uma reflexão. Universidade de São Paulo: Escola de Comunicação e Artes. São Paulo, 2010. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0484-1.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2014. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145391/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GP%20-%20Desenv%20Mudancas%20Estado%20Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

LOPES, B.; AMARAL, J. N. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. Ricardo Wahrendorff Caldas (coord.). v. 7. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/327810-Políticas-publicas-conceitos-e-práticas.html>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MARSULO, T. G. **O Profissional da Informação na Elaboração de Políticas Públicas:** Uma Análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Dissertação de (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista: Marília, 2016. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/marsulo\\_tg\\_me.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/marsulo_tg_me.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/c0v1>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Bibliotecas Públicas do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras:** academia brasileira dos rejeitados. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997. Disponível em: <<https://www.academia.edu/s/11323c92f7>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura:** Agenda Governamental, Política Nacional e Práticas Locais. 2011. 142 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8248/62090100021.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo:** Ideologia e Poder. Rio Janeiro: Zahar Editores, 1982. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6847?show=full>>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A Biblioteca “Fora do Tempo”**: Políticas Governamentais de Bibliotecas Públicas no Brasil, 1937-1989. (Tese de Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes – Curso de Pós-Graduação em Ciência e Comunicação – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PACHECO, Thiago da Silva. **As Duas Faces da Repressão**: Semelhanças e Diferenças da Polícia Política Durante o Estado Novo (1937-1945) e Durante a Ditadura Militar (1964-1983). *Revista de História Comparada*, 4-1: 126-139. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/89>>. Acesso em: 20 out. 2021.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Censura no Estado Novo**. *Concinnitas* - ano 19, número 33, dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/39850/27924>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PANDOLFI, D. C.; GRZYNSZPAN, M. **Da Revolução de 30 ao Golpe de 37**: A Depuração das Elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. Disponível: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6583/794.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

PINTO, Felipe Menezes. **O Vermelho e o Negro**: Intolerância, Construção da Identidade Nacional e Práticas Educativas durante o Estado Novo (1937 – 1945). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8MJFDE/1/o\\_vermelho\\_e\\_o\\_negro\\_vers\\_o\\_cd.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8MJFDE/1/o_vermelho_e_o_negro_vers_o_cd.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2021.

PRADO, Adonia Antunes. **Os Conceitos de Homem e de Educação no Brasil no Período do Estado Novo (1937-1945)**. *Educação e Filosofia* – v. 15 – nº. 30, jun./dez. pp. 9-22, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/693>>. Acesso em: 20 out. 2021.

RIBEIRO, Maria Cardoso dos Santos. **Direito e Autoritarismo, a Expulsão de Comunistas no Estado Novo (1937-1945)**. *Prisma Jurídico*, v. 7, n. 1, p. 163-183, jan./jun. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/prisma/article/download/1049/1065>>. Acesso em: 20 out. 2021.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender Políticas Públicas**: Conceitos e Teorias. Volume 1. Instituto de Gestão Econômica e Políticas Públicas – IGEPP. [2010?]. Disponível

em: <<https://silo.tips/download/para-aprender-politicas-publicas-13>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

SALA, Fabiana. **Políticas Públicas do Livro, Leitura e Biblioteca Escolar no Brasil: das iniciativas federais à implementação municipal**. Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente: Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154102/sala\\_f\\_me\\_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154102/sala_f_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y)>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). **Políticas públicas: coletânea – Volume 1**. ENAP Escola Nacional de Administração Pública. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425\\_coletanea\\_pp\\_v1.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SCHMIDT, João Pedro. **Para Estudar Políticas Públicas: Aspectos Conceituais, Metodológicos e Abordagens Teóricas**. Revista do Direito. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149. Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/download/12688/7826>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Paz e Terra, 2000. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/introduc.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/s180e8c>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SILVA, Rovilson José da. **Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil**. BJIS, v.3, n.2, p.75-92, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SILVA, Suely Braga da. **O Instituto Nacional do livro e a Institucionalização de Organismos Culturais no Estado Novo (1937-1945): Planos idéias e realizações**. (Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-graduação convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11000/1/276669.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Disponível em: <<https://pt.br1lib.org/book/3583153/247fb2>>. Acesso em: 02 dez 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Disponível em: <<https://doceru.com/doc/evv85v0>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

TAVARES, M. R. ***Um Brasil inapreensível***: História dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro. (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2031.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TAVARES, M. R. ***A Aclamação das Letras***: O Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX. (Tese de Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2145/projeto/MARIANA\\_RODRIGUES\\_TAVARES.pdf](https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2145/projeto/MARIANA_RODRIGUES_TAVARES.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2021.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**: O Estado Novo 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Volume: V. Rio de Janeiro: José Olympio, [1938?]. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-v/@\\_@download/file/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-v/@_@download/file/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2021.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**: Realizações do Estado Novo 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939. Volume: VI. Rio de Janeiro: José Olympio, [1940?]. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10014920&parte=1>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. FERREIRA J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). v. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/CPDOC, 1987. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6604/803.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

WOLFE, Joel. **“Pai dos Pobres” ou “Mãe dos Ricos”?**: Getúlio Vargas, Industriários, e Construções de Classe, Sexo e Populismo em São Paulo, 1930-1954. [1994?]. Disponível em: <[https://www.academia.edu/83483881/Joel\\_wolf\\_getulio\\_vargas\\_pai\\_dos\\_pobres\\_ou\\_m%C3%A3e\\_dos\\_ricos](https://www.academia.edu/83483881/Joel_wolf_getulio_vargas_pai_dos_pobres_ou_m%C3%A3e_dos_ricos)>. Acesso em: 21 out. 2021.